----------ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE: ----------

----------Ao vigésimo sétimo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, realizou-se na Pousada de Juventude do Almograve, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, presidida pela Senhora Natália Maria Rocha de Brito Pacheco Cabecinha, Presidente da Assembleia Municipal, secretariada pelo Senhor Amâncio Francisco Mendes da Piedade (Primeiro Secretário) e pela Senhora Helena Maria Theodora Loermans (Segunda Secretária), e convocada pela primeira ao abrigo do artigo vigésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: ----------

---------- **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** ----------

---------- **II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** ----------

----------**Ponto um**: Apreciação e aprovação da Ata da Sessão Extraordinária de 29/12/2014. --

----------**Ponto dois**: Apreciação de Expediente. ----------

----------**Ponto três**: Apreciação de assuntos de interesse para o concelho: ----------

----------a) Moção "A rede viária e o acesso à saúde preocupam os autarcas do Litoral Alentejano". ----------

----------b) Moção "Reforma da Fiscalidade Verde – Um novo regime de Agravamento de Impostos e desrespeito pelas Autarquias Locais". ----------

---------- **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**: ----------

----------**Ponto um**: Cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro: apreciação. ----------

----------**Ponto dois**: 3ª Modificação Orçamental - 2015: 1ª Revisão ao Orçamento da Receita; 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa; 3ª Alteração ao Plano de Atividades Municipal (PAM) e 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI): apreciação e deliberação. ----------

----------**Ponto três**: Proposta nº 4/2015 P - Cedência do edifício da Escola Básica da Boavista dos Pinheiros à Freguesia da Boavista dos Pinheiros: apreciação e deliberação. ----------

----------**Ponto quatro**: Projeto de Regulamento das Bolsas de Estudo: apreciação e deliberação. ----------

----------**Ponto cinco**: Proposta de Regulamento das/os Conselheiras/os Municipais Jovens: apreciação e deliberação. ----------

----------**Ponto seis**: Regulamento da Taxa Municipal de Proteção Civil: apreciação e aprovação definitiva. ----------

----------**Ponto sete**: Projeto de Regulamento do Cartão OJOVEM: apreciação e aprovação definitiva. ----------

----------**Ponto oito**: Proposta de Normas de Funcionamento e tabela de preços a aplicar na FACECO 2015: apreciação e deliberação.----------

----------**Ponto nove**: Plano Anual de Feiras e Mercados do Concelho de Odemira 2015: apreciação e deliberação. ----------

----------**Ponto dez**: Proposta n.º 5/2015 P - Atribuição de Medalha de Honra do Município ao Dr. José Ventura da Cruz Pereira: apreciação e deliberação. ----------

----------**Ponto onze**: Proposta n.º 6/2015 P - Atribuição de Medalha Municipal de Mérito à ACL – Associação de Criadores Limousine de Portugal: apreciação e deliberação. ----------

----------**Ponto doze**: Proposta n.º 7/2015 P - Atribuição de Medalha Municipal de Mérito à Banda Filarmónica de Odemira: apreciação e deliberação. ----------

----------**Ponto treze**: Controlo do recrutamento de trabalhadores nas Autarquias Locais – Extensão do prazo para conclusão de procedimentos concursais: apreciação e deliberação. ------

----------**Ponto catorze**: Programa de Estágios Profissionais na Administração Local – PEPAL – 5.ª Edição – Estágios para o Município de Odemira: apreciação e deliberação. ----------

----------**Ponto quinze**: Autorização de compromisso plurianual para a aquisição de energia

elétrica para as instalações do Município de Odemira alimentadas em baixa tensão especial, ao abrigo de Acordo Quadro celebrado pela CC-CIMAL: apreciação e deliberação nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.----------

---------- **Ponto dezasseis**: Designação de quatro pessoas de entre os cidadãos eleitores para a composição da Comissão Alargada, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Odemira. ----------

---------- **Ponto dezassete**: Protocolo a celebrar com a Associação Europan Portugal, para a participação na 13ª edição dos Consursos Europan: apreciação. ----------

---------- **ABERTURA DA SESSÃO**----------

---------- Pelas vinte e uma horas, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão e, depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Primeiro Secretário que procedeu à chamada, tendo-se verificado, após algumas chegadas mais tardias, a presença trinta membros da Assembleia Municipal a saber, os Senhores Alberto José Branquinho Beijinha, Alberto José Jesus Santos, Amâncio Francisco Mendes da Piedade, Anabela Baltazar de Campos Silva, António Manuel Assude Ferreira, António Manuel Viana Afonso, Carlos Filipe Bernardino da Silva, Daniel Sobral Balinhas, Dário Filipe da Conceição Guerreiro, Fernando Manuel Martins da Silva Peixeiro, Florival Matos Silvestre, Helena Maria Theodora Loermans, João Palma Quaresma, José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro, José Manuel da Assunção Ribeiro, José Manuel dos Reis Guerreiro, Manuel António Dinis Coelho, Manuel de Jesus Campos, Manuel de Matos Sobral Penedo, Manuel Inácio Dias Pereira, Manuel José Pereira Guerreiro Martins, Maria da Conceição da Costa Guedes da Silva Vaz, Maria da Glória das Neves Gonçalves Pacheco, Maria Luísa Vilão Palma, Mário Manuel Lourenço da Silva Santa Bárbara, Natália Maria Rocha de Brito Pacheco Cabecinha, Nazário Duarte Viana, Nuno Miguel dos Santos Cunha Duarte, Paulo Sérgio Pereira da Luz e Pedro Miguel Bernardino Gonçalves, e a ausência dos Senhores Anabela da Silva Roberto Sobral

Guerreiro Gamito, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, Cláudia Isabel Neves Pacheco da Silva, Pedro Manuel da Conceição Souto e Teresa Alexandra Pereira Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare. ----------

----------Do Executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes os Senhores José Alberto Candeias Guerreiro, Presidente da Câmara Municipal; Hélder António Guerreiro, Deolinda Maria Pinto Bernardino Seno Luís, Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso e Pedro Miguel Viana Rebelo Ramos, Vereadores eleitos pelo Partido Socialista; Jaime Manuel Costa, Vereador eleito pela Coligação Democrática Unitária. ----------

----------Reportando-se às faltas registadas nas sessões ou reuniões anteriores verificou-se que às sessões ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia vinte e oito de novembro e extraordinária realizada no dia vinte e nove de dezembro do ano transato, não se registaram faltas injustificadas. ----------

----------Seguidamente, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Longueira/ Almograve a amabilidade em receber a Assembleia Municipal naquela localidade e, bem assim, convidou-a a integrar a Mesa daquela reunião.- ----------

----------**<u>I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO</u>**: ----------

----------A Senhora Presidente da Assembleia Municipal convidou a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Longueira/ Almograve para, se assim o entendesse, falar sobre a sua freguesia, atendendo que era a anfitriã daquela sessão. ----------

----------Interveio a Senhora Maria da Glória Pacheco, Presidente da Junta de Freguesia de Longueira/Almograve, que agradeceu a presença da Assembleia Municipal na sua freguesia e congratulou-se pela participação do público. Felicitou a população da Longueira, Almograve e Cruzamento do Almograve pelo projeto vencedor no Orçamento Participativo, o que demonstrava que unidos conseguiam mais ganhos para a freguesia. ----------

----------Seguidamente, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira o seu contributo para que fosse possível a vinda de um médico à freguesia, a qual estava sem médico há quase dois anos.----------

----------Em relação à venda ambulante no Almograve, referiu que a decisão quanto ao local de venda tinha sido da Junta de Freguesia que posteriormente verificou que a Praça dos Fuzileiros não seria a melhor opção e, nesse sentido, já tinha informado o Município de Odemira da alteração do local para um lote propriedade da Junta de Freguesia. ----------

----------A Senhora Presidente da Junta de Freguesia manifestou a sua preocupação relativamente à segurança de peões e ao estado da estrada entre o Cruzamento do Almograve e o Almograve, a qual apresenta um piso bastante danificado, está mal iluminada e não tem qualquer zona pedonal. Manifestou igualmente a sua preocupação relativamente ao estado em que se encontravam as estradas de Vale Figueira e de Pegões. Questionou o Senhor Presidente da Câmara para quando estava prevista a aplicação do selante nas ruas da sua freguesia, o qual deveria ter sido colocado, após a época de verão do ano anterior e, bem assim, perguntou para quando estava prevista a beneficiação da rua do Loteamento Honorato Campos Soares.----------

----------Perguntou também, se havia alguma solução para substituição dos candeeiros solares que estiveram avariados e foram desligados e, bem assim, questionou o ponto de situação do novo edifício da Junta de Freguesia e do Posto de Turismo, do Centro Escolar e das águas e esgotos no Vale Bravo. ----------

----------Questionou também ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para quando estava previsto o início das obras de qualificação e valorização da praia no Almograve, promovidas pelo Polis Litoral Sudoeste.----------

----------Por último, informou que se têm registado muitos problemas devido aos cortes constantes na eletricidade na sua freguesia, com graves prejuízos para a população e, pese embora, a Junta de Freguesia tenha enviado uma exposição para a EDP – Distribuição de

Energia, S.A., o problema ainda persistia. Disse ainda que a Junta de Freguesia tinha solicitado à EDP uma avaliação quanto à iluminação existente na Praça dos Fuzileiros, tendo-se verificado que o local necessitava da colocação de mais quatro pontos de luz.----------

----------Interveio a Senhora Ludovina Alão, residente no Almograve, que relativamente à venda ambulante, apelou à resolução do problema o mais rápido possível, dado que os vendedores ameaçavam deixar de vir ao Almograve, o que se traduzia numa perda para a população. ----------

----------Perguntou ainda se, no âmbito das obras do Polis, iriam ser removidos os balneários e as casas-de-banho de apoio à praia do Almograve. Manifestou o seu desagrado quanto ao estado em que se encontrava a estrada entre o Cruzamento do Almograve e o Almograve e perguntou se o percurso pedonal, contíguo à referida estrada, seria efetuado pelo Polis. ----------

----------Por último, apelou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para que envidasse esforços junto da EDP para a resolução do problema das quebras constantes de energia.----------

----------Interveio o Senhor Rui Alegria, residente no Almograve, que apelou à Câmara Municipal que encontrasse uma solução para o tratamento dos entulhos, porque os empreiteiros continuavam a queixar-se do valor que têm de pagar para os depositar e não concordava que, numa freguesia predominantemente turística, continuassem a despejar entulhos nos pinhais ou na estrada de Lapa de Pombas. Nesse sentido, perguntou se na autarquia não facultavam embalagens próprias para a recolha de entulhos. ----------

----------Informou ainda que tinha entregado na Junta de Freguesia de Longueira/ Almograve uma listagem com a indicação dos locais onde se encontram contentores do lixo danificados e a verter água para a via pública, os quais provocavam mau cheiro. Relembrou que, no Almograve existiam ruas com números de polícia repetidos, outras sem números, ruas que deveriam ter apenas um sentido de trânsito e, por esse motivo, solicitou que fossem revistos com urgência os respetivos planos de numeração de polícia e de sinalética.----------

----------Quanto à proibição de caravanas junto ao estacionamento da praia, referiu que, durante a noite e fora da época de verão, não via qualquer inconveniente, considerando que aquele turismo poderia trazer algum consumo para os comerciantes locais, traduzindo-se numa ajuda para a economia da zona que já era débil. ----------

----------Propôs ainda que na estrada do Almograve para o Cavaleiro, logo à saída da povoação, fossem colocadas "zebras" ou redutores de velocidade, porque tratava-se de uma zona habitacional. ----------

----------Reiterou a preocupação relativamente às quebras constantes de energia na freguesia com graves prejuízos para a população, designadamente em equipamentos.----------

----------Por último, perguntou o ponto de situação das intervenções do Polis naquela freguesia e informou que estava um pouco cético, porque nas intervenções efetuadas no concelho existiam obras a meio e outras que já estavam danificadas e não tinham qualquer manutenção. Referiu ainda que os painéis identificativos da fauna e flora junto à costa estavam muito danificados e com informação desatualizada. ----------

----------Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que agradeceu à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Longueira/Almograve a hospitalidade e congratulou a população pela conquista do projeto "Espaço Polivalente do Almograve" no Orçamento Participativo. Relativamente à saúde, informou que tem sido uma luta constante, com várias reuniões com as entidades com responsabilidade na matéria. Referiu que há problemas nas urgências do Hospital do Litoral Alentejano e no Centro de Saúde de Odemira, com faltas sucessivas de médicos contratados pela empresa que assegura o serviço que levaram à rotura nos serviços e à demissão em bloco da Direção Clinica da Urgência do Hospital. Informou ainda que na Comunidade Intermunicipal Alentejo Litoral (CIMAL) estão a acompanhar a situação e já reuniram com o Senhor Ministro da Saúde e com os respetivos Secretários de Estado que informaram que o problema não tinha a ver com dificuldades financeiras, mas por

falta de clínicos, o que contraria a informação prestada pela Ordem dos Médicos que refere que existem excesso de médicos. Informou ainda que, numa reunião com o Conselho de Administração do Hospital do Litoral Alentejano, foi transmitido que até março seriam contratados mais dois médicos portugueses. ----------

----------Quanto à venda ambulante informou que a nova legislação sobre a matéria obriga ao desenvolvimento de um Regulamento Municipal que fixa as regras e os locais de venda, o qual está a ser elaborado pelos serviços do Município de Odemira e será discutido com todas as Juntas de Freguesia. ----------

----------Relativamente à estrada entre o Cruzamento do Almograve e o Almograve relembrou que o troço tinha sido alvo de uma reparação, mas por estar a ser cada vez mais solicitada por veículos pesados, reconhece que necessita de uma intervenção de fundo, a qual no momento não está prevista em orçamento. Referiu ainda que a mesma situação está a acontecer na estrada entre o Almograve e o Cavaleiro, com o aumento do trânsito de camiões e máquinas agrícolas. Informou ainda que estava prevista uma intervenção com micro aglomerado em alguns troços do litoral, no entanto, devido à extensa rede viária, tinham de estabelecer prioridades e ocorrer aos casos mais urgentes. Por fim, informou que a Divisão de Rede Viária e Espaço Público do Município de Odemira está a elaborar o orçamento para o arruamento do Loteamento Honorato Campos Soares. ----------

----------Quanto ao percurso pedonal informou que está a ser desenvolvido pela Sociedade Polis um projeto de Ecovias do Litoral Alentejano e do Sudoeste Algarvio que ainda não estava concluído, porque estavam a ter dificuldades de negociação com os proprietários dos terrenos. Informou ainda quanto à intervenção do Polis na praia do Almograve que já estavam a instalar o estaleiro prevendo-se a conclusão das obras até julho. Disse que a intervenção de qualificação na praia, que foi apresentada há dois anos naquela freguesia, sofreu alterações para acolher algumas sugestões propostas. Informou também que a zona a intervencionar situa-se em

domínio privado e por esse facto qualquer intervenção tinha de ter o acordo dos proprietários e, pese embora as várias reuniões havidas, não tinham conseguido esse acordo. Nessa conformidade, decidiu-se intervir apenas dentro do limite do Domínio Público Marítimo e no caminho público. Disse ainda que o restaurante João César vai ser demolido e que o apoio de praia vai ser construído no local onde se encontram atualmente os balneários públicos, os quais não serão demolidos, até à construção do novo apoio de praia. Ainda em relação às ações do Polis informou que a intervenção no Portinho de Pesca de Lapa de Pombas que prevê o desassoreamento do canal e a construção de um pequeno molho, encontrando-se a aguardar o visto do Tribunal de Contas e será realizada até ao verão. O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou ainda que os painéis informativos do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas tinham sido substituídos há cerca de quatro anos, mas no seguimento das ações de valorização promovidas pela Sociedade Polis iriam ser novamente substituídos, sendo os conteúdos atualizados. ----------

---------- Por último, informou que os candeeiros solares tinham sido desligados e retirados os painéis para reparação e análise da eficiência. Considerou que a colocação de candeeiros solares era uma boa solução de futuro em termos de eficiência energética, para além do novo quadro comunitário financiar iluminação solar. Quanto aos cortes de energia na freguesia de Longueira/ Almograve informou que tinha reunido com o Engenheiro Catarrunas, da EDP, e foi-lhe transmitido que iria ser efetuada uma intervenção para reforço de energia, durante o presente ano. Relativamente aos prejuízos advindos dos cortes de energia, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que os lesados deviam efetuar uma participação à EDP. ---------

---------- Em relação ao edifício da Junta de Freguesia informou que se trata de uma competência da Junta de Freguesia, onde a Câmara Municipal poderá apoiar como sempre o tem feito. O Posto de Turismo que inicialmente estava previsto para a Praça dos Fuzileiros está a ser equacionado junto ao edifício da Extensão de Saúde do Almograve. ----------

----------Quanto aos entulhos, informou que na AMBILITAL existe um equipamento para tratamento dos materiais de construção e na Central de Transferência em Odemira também existe um recetor dos materiais produzidos em obra. Também disponibilizam *bigbags* que podem ser recolhidos pela AMBILITAL através do pagamento de um custo adicional que não considera elevado. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse ainda que iria solicitar aos serviços que fizessem um levantamento dos contentores danificados e, bem assim, informou que o Município de Odemira tinha contratado o serviço de três lavagens por ano de contentores que estava a decorrer. ----------

----------Quanto á pernoita das caravanas junto à praia informou que se trata de um assunto polémico, sobre o qual tinham de tomar uma posição e estabelecer regras. ----------

----------Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu este Período por encerrado. ----------

---------- **II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** ----------

----------**Ponto um**: APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE VINTE E NOVE DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E CATORZE: Uma vez que todos os presentes se encontravam de posse de exemplares fotocopiados da ata em epígrafe, previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi assim dispensada a sua leitura, sendo imediatamente submetida à apreciação. ---------

----------Não se registando qualquer intervenção, procedeu-se à votação da ata em causa, a qual foi aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, sete votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira com Futuro”, uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista e três abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia Municipal. ----------

----------**Ponto dois**: APRECIAÇÃO DE EXPEDIENTE: A exemplo das sessões anteriores, embora todos os presentes se encontrassem munidos de fotocópias dos mapas-resumo da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária deste Órgão, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou os respetivos originais à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento.----------

----------Não havendo qualquer intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. ----------

----------**Ponto três**: APRECIAÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: ----------

----------a) Moção "A rede viária e o acesso à saúde preocupam os autarcas do Litoral Alentejano". ----------

----------Interveio a Senhora Presidente da Assembleia Municipal que informou que a Moção em causa nasceu de uma reunião entre os cinco Presidentes das Assembleias Municipais do Litoral Alentejano que manifestaram grande preocupação relativamente ao estado da rede viária e da saúde nesta região. Informou ainda que o texto da Moção em causa já foi aprovado pelas outras quatro Assembleias Municipais, no entanto, cada Órgão tinha legitimidade para alterar o que entendesse. Informou também que estavam previstas algumas ações concertadas, designadamente a realização de uma reunião conjunta das cinco Assembleias Municipais.-------

----------Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que, lamentou a atitude dos outros autarcas que integram o Conselho e a Assembleia Intermunicipal do Litoral Alentejano, que sistematicamente se esquecem do concelho de Odemira que tem realidades muito distintas e problemas muito específicos, que vêm sendo adiados sucessivamente ao longo dos anos, como é o caso do IC4 que deve ser referido na Moção, pois trata-se de uma intervenção da rede viária nacional que faz parte do Plano Rodoviário Nacional dois mil e consta do Plano Diretor Municipal de Odemira e dos Municípios vizinhos. Lamentou ainda que no seguimento de uma

reunião no passado dia seis de fevereiro com o Senhor Ministro da Economia e com o Senhor Secretário de Estado dos Transportes tivessem feito "tábua rasa" da realidade de Odemira, designadamente com a retirada do plano de proximidade da obra da Estrada Nacional número duzentos e sessenta e seis. ----------Por último, lamentou que o concelho de Odemira, que se tem vindo a afirmar a nível económico e social, não tenha a solidariedade dos concelhos vizinhos. ---------- Interveio o Senhor Manuel Coelho que solidarizou-se com a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal e considerou que Odemira tinha razões históricas para desconfiar da solidariedade dos concelhos vizinhos, designadamente quando foi criada a Comarca Experimental do Alentejo Litoral. Disse ainda que, apesar de Odemira se poder sentir discriminada, a Senhora Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE (ULSLA), Dr.ª Maria Joaquina Matos, fez uma menção aos problemas nas urgências no Hospital do Litoral Alentejano e no Centro de Saúde de Odemira. ----------Por último, considerou que a Moção no seu global devia ser aprovada, mas deveriam ser acrescentados os problemas que afligem o concelho de Odemira, pois só assim deviam estar disponíveis para ações conjuntas e as pessoas se convenciam que a solidariedade tinha dois sentidos. ----------Interveio o Senhor António Afonso que subscreveu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal e reconhece a sua indignação, porque o Município de Odemira sempre foi solidário com os outros municípios do Litoral Alentejano, relativamente a matérias relacionadas com a rede viária (IP8 e IC33). Lamentou a posição dos autarcas dos outros concelhos do Litoral Alentejano e referiu que "me caberá a mim como membro da Assembleia Municipal e a outros aqui presentes, nos locais próprios reagir àquilo que tem vindo a acontecer". ----------Interveio o Senhor Pedro Gonçalves que referiu que a demissão, neste dia, dos chefes

da urgência do Hospital do Litoral Alentejano era esperada, tendo em conta os vários alertas enviados pela Comissão de Utentes do referido Hospital e o facto de ultimamente terem sido deslocados muitos doentes para o Hospital de Beja. Nesse sentido, lamentou que o Município de Odemira fosse importante para dar escala ao Hospital do Litoral Alentejano, mas depois não recebia o devido retorno em termos de solidariedade. ----------

---------- Interveio o Senhor José Ribeiro e Castro que considerou que a Assembleia Municipal devia apoiar a Moção, criticando a situação da saúde no Litoral Alentejano e reivindicando melhores ligações viárias do concelho de Odemira. Concordou com o Senhor Presidente da Câmara Municipal quando referiu que do ponto de vista histórico, Odemira tenha sido sempre relegada para trás, quando foram efetuadas as grandes obras, com os sucessivos adiamentos do IP8 e do IC4, e por esse facto, o concelho de Odemira não progrediu em termos de rede viária, pese embora tenha tido uma evolução económica e um aumento da procura turística. ----------

---------- Por último, informou que estavam a acompanhar com preocupação o problema da saúde no Litoral Alentejano e tinha conhecimento que existiam algumas dificuldades nos concursos e na colocação de profissionais da saúde. ----------

---------- Seguidamente, e a fim de concertar com os representantes das forças políticas o texto da Moção em causa, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a sessão para um intervalo de dez minutos, nos termos da alínea a) do número dois do artigo vigésimo do Regimento da Assembleia Municipal de Odemira. ----------

---------- Depois de verificado o quórum, retomaram-se os trabalhos. ----------

---------- Na sequência do debate havido, foi apresentado texto definitivo da Moção que seguidamente se transcreve: ----------

---------- "**MOÇÃO** ----------

---------- A REDE VIÁRIA E O ACESSO À SAÚDE PREOCUPAM OS AUTARCAS DO LITORAL ALENTEJANO ----------

----------O estado de degradação a que algumas vias que servem o Alentejo Litoral chegaram, o número de acidentes que ali têm ocorrido, a falta de conclusão ou de definição de vias estruturantes (IP8 e IC33) e a intensificação do aumento do tráfego levaram os Presidentes das Assembleias Municipais de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines e Odemira, a reunir-se e a agendar algumas ações, com o objetivo de exigir do Governo o cumprimento dos seus compromissos, efetuando obras urgentes no troço que liga Grândola a Alcácer do Sal e reiniciando, rapidamente, as obras do IP2 e na A26/ IP8, do Alentejo, paradas desde 2011, bem como a retoma e conclusão do IC4 e rede complementar, via estruturante essencial do Litoral Alentejano, à qual se deve atribuir a mais alta prioridade, no quadro do Plano Rodoviário Nacional.----------

---------- Desde 2012, o IC1 não tem qualquer intervenção. Nas obras do IP2 e da A26/ IP8 já foram gastos muitos milhões de euros e a forte degradação gerada pelo abandono das obras leva a gastos suplementares, inadmissíveis, quando o país se encontra em crise, (e tantos sacrifícios têm sido pedidos às populações!...) traduzindo-se, em mais um desperdício de dinheiros públicos.----------

----------Preocupa-nos, sobretudo, a segurança de quem utiliza estas vias todos os dias, face ao estado em que as mesmas se encontram, à falta de sinalização, aos pinos no meio da via, ao estado tão degradado em que ficaram muitos caminhos rurais, tornando-se intransitáveis.--------

----------A descaracterização da paisagem provocada pela erosão acelerada dos taludes, o abandono dos estaleiros, os pilares de betão no meio do traçado da futura autoestrada, mais parecem “construção fantasma” que desagradam a quem vive nesta região e aos seus visitantes, com impacto bastante negativo na economia local. ----------

----------Preocupa-nos também a ausência de uma política pública de desenvolvimento desta região que, apesar de se situar no litoral e de inegáveis condições, continua a perder o seu mais importante recurso, as pessoas.----------

----------Uma rede de estradas não é um mero rasgo na paisagem, é um instrumento para o desenvolvimento e uma forma de aproximar as pessoas, garantindo a sua permanência no território.----------

----------Paralelamente a tudo isto é lamentável o acesso aos cuidados de saúde no Hospital do Litoral Alentejano. É importante referir que, embora a Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 64º, proclame que "todos têm direito à proteção na saúde e o dever de a defender e promover" e explicite ainda que o direito à proteção da saúde é realizado "através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito", nos últimos anos, isto não se tem verificado.----------

----------Os mais idosos e os mais pobres têm vindo a perder o acesso aos medicamentos, às consultas ou aos tratamentos que lhes são vedados por falta de rendimentos. ----------

----------As longas esperas nas urgências, a falta de médicos e enfermeiros, o envio de utentes para Lisboa para efetuarem exames, levando a muitas horas de deslocação, são alguns, de entre muitos, dos problemas que nos preocupam.----------

----------A Portaria 82/2014 classifica os hospitais do Serviço Nacional de Saúde em Grupos de I a IV, ficando o Hospital do Litoral Alentejano integrado no Grupo I. Esta ordenação restringe, ainda mais, os cuidados de saúde ali prestados, pois vai reduzir os recursos disponíveis que já são tão escassos, prevendo-se o encerramento de alguns serviços de especialidades médicas, obrigando os utentes a deslocarem-se, ainda com mais frequência, para Setúbal ou Lisboa, com todos os inconvenientes associados, ou mesmo a Évora, cidade com a qual não dispomos de serviços de transportes públicos ou rede de estradas direta e em condições.----------

----------O Estado tem o dever de garantir as melhores condições a todos os cidadãos!----------

----------Assim, propomos:----------

----------1. A apreciação e aprovação da moção;----------

----------2. A participação da Assembleia nas iniciativas conjuntas que venham a ser concertadas para divulgação destes objetivos, designadamente a realização de reunião conjunta das cinco assembleias municipais para aprovação de documento estratégico regional;----------

----------3. O envio ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Primeiro-Ministro, à Sr.ª Presidente da Assembleia da República, a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, às Comunidades Intermunicipais do Baixo Alentejo (CIMBAL) e do Alentejo Litoral (CIMAL). --

----------Odemira, 27 de fevereiro de 2015." ----------

----------Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da presente Moção, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação "Odemira com Futuro" e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes vinte e oito membros da Assembleia Municipal. ----------

----------Em aditamento à Moção anterior, foi deliberado, por unanimidade, com dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação "Odemira com Futuro" e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes vinte e oito membros da Assembleia Municipal, enviar à Assembleia Intermunicipal e ao Conselho Intermunicipal da CIMAL a Moção cujo texto a seguir se transcreve: ----------

---------- "**MOÇÃO** ----------

---------- CONSTRUÇÃO DO IC4 E DA REDE COMPLEMENTAR ----------

---------- VIA ESTRUTURANTE DO LITORAL ALENTEJANO ----------

----------Atendendo à importância do IC4 e rede complementar, como via estruturante essencial do Litoral Alentejano e muito concretamente para o concelho de Odemira, a

Assembleia Municipal de Odemira reunida em sessão ordinária no dia 27/02/2015, delibera submeter a discussão deste assunto às próximas reuniões do Conselho Intermunicipal da CIMAL, a fim de que se tomem posições firmes e solidárias a respeito desta imperiosa necessidade e se defina uma estratégia consequente neste âmbito. ----------

---------- Esta Moção depois de discutida e aprovada deve ser enviada: ----------

---------- - Conselho Intermunicipal da CIMAL; ----------

---------- - Assembleia Intermunicipal da CIMAL.----------

---------- Odemira, 27 de fevereiro de 2015." ----------

---------- b) Moção "Reforma da Fiscalidade Verde – Um novo regime de Agravamento de Impostos e desrespeito pelas Autarquias Locais". Esta Moção foi enviada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira a coberto do ofício número quatrocentos e noventa e oito, datado do dia vinte e três de janeiro do corrente ano, foi subscrita e aprovada por unanimidade na reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no passado dia oito de janeiro e ficará arquivada no maço de documentos desta sessão. ----------

---------- Interveio a Senhora Presidente da Assembleia Municipal que propôs que a Assembleia Municipal se solidarizasse com a Moção aprovada pelo Executivo Municipal. ------

---------- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente Moção, a qual foi aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda e duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação "Odemira com Futuro" e, quando estavam presentes vinte e oito membros da Assembleia Municipal. ----------

---------- Interveio o Senhor Alberto Santos que, em nome dos eleitos pelo Partido Socialista, apresentou a Moção que seguidamente se transcreve na íntegra: ----------

---------- "**MOÇÃO**----------

----------COBERTURA DE REDE MÓVEL NO INTERIOR DO CONCELHO ----------

---------- O Concelho de Odemira é, na região Alentejo o quarto mais povoado de todos os concelhos. No entanto uma grande diferença de Odemira relativamente aos outros concelhos é a sua grande dispersão demográfica no território, pois é o maior concelho do país em área. ------

----------Esta característica de grande dimensão em área juntamente com as características orográficas no interior do concelho fazem que muitas áreas se vejam privadas de cobertura de rede móvel de telecomunicações. ----------

----------Considerando quer as necessidades dos habitantes no interior do concelho que precisam das telecomunicações para manter ligação a familiares e serviços, quer as necessidades de comunicação em situações de segurança, acidente e de proteção civil, ou mesmo em relação a atividades económicas ou atividades culturais e desportivas, em que quem nos visita no interior participando em eventos ou fazendo turismo, ou mesmo em trabalho, precisa e quer ter acesso a cobertura da rede móvel. ----------

----------Verificam-se muitas zonas no interior do concelho com inexistência de cobertura da rede móvel, inclusive ao longo das diversas estradas de ligação ao interior, onde a ocorrência de algum acidente ou avaria coloca em perigo e isolamento quem precisa de auxilio, imagine-se mesmo a situação de demora que por vezes tem o serviço de socorro dos bombeiros ou do INEM e, imagine-se o tempo que demorará a chegar uma ambulância que nem se consegue contatar a pedir o necessário socorro. ----------

----------Assim,----------

----------Propomos nesta Assembleia que seja feito todo o esforço junto dos diversos operadores de comunicações da rede móvel se necessário com contributo financeiro da parte do município para a implementação de algumas antenas ou repetidores em locais estratégicos a definir juntamente com os operadores de telecomunicações para permitir uma maior e mais abrangente cobertura do interior do concelho. ----------

---------- Odemira, 27 de fevereiro de 2015 ----------

---------- Os eleitos do Partido Socialista." ----------

---------- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente Moção, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação "Odemira com Futuro" e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes vinte e oito membros da Assembleia Municipal. ----------

---------- Interveio o Senhor Pedro Gonçalves, eleito pelo Bloco de Esquerda que apresentou as Moções que seguidamente se transcrevem na íntegra: ----------

---------- "**MOÇÃO** ----------

---------- DESCENTRALIZAR SIM, EMBUSTE NÃO! ----------

---------- O Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 fevereiro, estabelece o regime de delegação de competências para os municípios no domínio de funções sociais. Apresentado como o desenvolvimento da legislação autárquica aprovada pelo PSD e CDS/PP em 2013, dispõe que a execução da descentralização deve obedecer a princípios, como o não aumento da despesa pública do Estado. ----------

---------- É certo que se vive há demasiado tempo num país macrocéfalo. A centralização administrativa tem trazido prejuízos incalculáveis ao desenvolvimento harmonioso do país. O processo de decisão tomado a centenas de quilómetros não é eficiente, provoca desperdício financeiro, aprofunda as desigualdades territoriais e degrada a democracia. ----------

---------- De acordo com os dados do Eurostat, o peso dos gastos da administração local no total da administração pública em Portugal é em média 10 pontos percentuais inferior à média da União Europeia. E há até áreas em que Portugal integra o grupo dos países mais centralizados da OCDE. ----------

----------A resposta constitucional à centralização é a regionalização. Mas esse não é o caminho que sucessivos governos têm percorrido. O governo atual do PSD/CDS, depois de encerrar em inúmeros municípios, principalmente do interior, serviços públicos e equipamentos na área da educação, da saúde ou da justiça, vem agora apontar os contratos interadministrativos de delegação de competências como o caminho da descentralização administrativa. ----------

----------Não se pode confundir descentralização com uma mera delegação de competências, feita à pressa, em vésperas de eleições legislativas, sem respeito pela opinião da Associação Nacional de Municípios Portugueses e de quem está no terreno, sem estudos de impacto no desempenho dos serviços públicos, sem ter em conta as limitações financeiras e de pessoal das autarquias. ----------

----------O município de Odemira, como muitos outros, quer um país com coesão territorial, onde as autarquias e as populações tenham intervenção na procura de formas eficientes de satisfação das necessidades sociais básicas. Assim, a Assembleia Municipal de Odemira, reunida em 27/02/2015, delibera: ----------

----------1- Manifestar a sua discordância quanto ao rumo imprimido pelo governo à descentralização democrática da administração prevista na Constituição da República (artigo 6.º e 237.º); ----------

----------2- Apoiar a ANMP e o seu XXII Congresso, a realizar em 27 e 28 de março, na rejeição dos contratos interadministrativos de delegação de competências como meio errado de concretizar a tão necessária descentralização administrativa.----------

----------Pedro Gonçalves----------

----------Deputado Municipal do Bloco de Esquerda----------

---------- Presidente da República ----------

---------- Presidente da Assembleia da República----------

---------- - Grupos Parlamentares da Assembleia da República ----------

---------- - Primeiro-Ministro e todos os Ministros do governo----------

---------- - Todas as Câmaras Municipais do País ----------

---------- - Todas as Assembleias Municipais do País----------

---------- - Associação Nacional de Municípios----------

---------- - Órgãos de informação locais e regionais." ----------

---------- Ainda relativamente a este tema o Senhor Pedro Gonçalves perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal qual era a posição do Município de Odemira em relação à descentralização/ municipalização do ensino.----------

---------- ----------

---------- "**MOÇÃO**----------

---------- SAUDAÇÃO AO POVO GREGO ----------

---------- Os resultados das eleições legislativas do passado dia 25 de janeiro na Grécia, para além de escolhas políticas internas da exclusiva responsabilidade do seu povo soberano, tiveram ampla repercussão internacional, em particular na Europa.----------

---------- Os/as eleitos/as gregos/as repudiaram nas urnas as pressões para condicionar as suas escolhas democráticas à vontade dos agiotas internacionais, da Troika e dos responsáveis europeus por cinco anos de austeridade, que conduziram o país ao desastre económico, social e humanitário. ----------

---------- Ficou demonstrado que existam ALTERNATIVAS políticas à austeridade. Na Grécia, como em Portugal, a austeridade gerou uma espiral recessiva, com o aumento do desemprego e da própria dívida maquilhada, segundo as conveniências dos governos, pelas entidades reguladoras e agências de rating que encobriram até ao limite as bolhas financeiras e a falência de bancos como o Lehman Brothers, o BPN ou o BES-GES. ----------

---------- As primeiras medidas do novo governo grego – pôr um travão às privatizações e aos

despedimentos na administração pública, reposição progressiva do salário mínimo anterior à entrada da Troika – e as propostas de renegociação das dívidas soberanas vão no bom sentido, ao apontarem um novo rumo para a Europa. ----------

----------O governo PSD/CDS insiste numa pose servil, “mais merkelista que a senhora Merkel” que envergonha Portugal e prejudica a própria recuperação económica europeia, em particular nos países do Sul; ao mesmo tempo, de forma oportunista, o primeiro-ministro tenta antecipar um possível recuo dos seus tutores para salvaguardar os louros de uma eventual renegociação da dívida que sempre recusou. ----------

----------Assim, a Assembleia Municipal de Odemira, reunida em 27 de fevereiro de 2015: -----

----------1. Saúda o povo grego que, numa situação económica e social dramática, deu um belo exemplo de dignidade e democracia à Europa e ao mundo;----------

----------2. Saúda as medidas anti-austeridade já adotadas pelo governo grego e apoia a exigência de renegociação das dívidas soberanas a nível europeu; ----------

----------3. Repudia o servilismo do governo português face aos poderosos da Europa, exigindo-lhe uma nova atitude digna de um povo soberano com mais de oito séculos de História. ----------

----------Odemira, 27 de fevereiro de 2015 ----------

----------Pedro Gonçalves----------

----------Deputado Municipal do Bloco de Esquerda----------

----------A ser aprovada, a presente Moção deverá ser enviada para:----------

---------- Presidente da República ----------

---------- Presidente da Assembleia da República----------

---------- Grupos Parlamentares da Assembleia da República ----------

---------- Primeiro-Ministro e todos os Ministros do governo----------

---------- Todas as Câmaras Municipais do País ----------

---------- - Todas as Assembleias Municipais do País----------

---------- - Órgãos de informação locais e regionais." ----------

---------- ----------

---------- "**MOÇÃO**----------

---------- SAUDAÇÃO AO 8 DE MARÇO – DIA INTERNACIONAL DA MULHER----------

---------- No dia 8 de Março celebra-se o Dia Internacional da Mulher. ----------

---------- Neste dia, evocam-se e atualizam-se as lutas travadas por tantas e tantas mulheres em todo o mundo, ao longo de décadas, defendendo direitos laborais, direitos sociais, direito ao voto, direito à educação, direito à autodeterminação, direito ao corpo, enfim, defendendo dignidade e conquistando direitos, tantas vezes perdendo a vida nesse processo. ----------

---------- Em 1910, Carla Zetkin sugeriu, na 2ª Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, que o Dia 8 Março fosse considerando o Dia da Mulher. Desde então, este dia foi sendo celebrado em diversos países e, em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) assinalou pela primeira vez o Dia Internacional da Mulher. ----------

---------- Tantos anos após a primeira vez em que este dia foi celebrado, a sua pertinência mantém-se. Refira-se, por exemplo, que a taxa de alfabetização das mulheres no mundo continua a ser inferior à dos homens (80% por contraponto a 89% dos homens) ou que cerca de 700 milhões de mulheres casaram antes dos 18 anos de idade, sendo que cerca de 1/3 destas mulheres casou com menos de quinze anos de idade. (Conferência da ONU, Beijing 2000). -----

---------- Em Portugal, as desigualdades são também bem patentes. ----------

---------- As mulheres auferem salários mais baixos que os homens: em média, ganharam menos 18% de salário base (e menos 20,9% de salário medio), o que significa que precisam de trabalhar mais 65 dias por ano para ganharem o mesmo.----------

---------- Cinco profissões são responsáveis por 37,3% do emprego feminino, sendo elas: trabalhadoras de limpeza, vendedoras de loja, empregadas de escritório, professoras dos

ensinos básico (2º e 3º ciclos) e secundário, trabalhadoras dos cuidados pessoais nos serviços de saúde (dados do Instituto Nacional de Estatística – INE). Por outro lado, os cargos de chefia continuam masculinizados, tendo, inclusivamente a situação portuguesa piorado; apenas 6% dos membros dos conselhos de administração das empresas que em 2011 integravam o Psi20 eram mulheres, valor inferior em 7,7% à média da União Europeia. ----------

----------As mulheres são mais afetadas pelo desemprego, continua a impor-se sobre elas uma dupla jornada de trabalho e a conciliação da vida familiar e profissional continua a ser encarada como uma responsabilidade que incumbe mais à mulher.----------

----------As mulheres continuam a ser vítimas de violência doméstica e morrerem às mãos dos seus companheiros; segundo dados da UMAR, em 2014, ocorreram 40 femicídios.----------

----------No que respeita à atividade política, a participação de mulheres tem ainda um longo caminho a percorrer. Vejamos, por exemplo, o resultado das eleições legislativas de 2011, onde a taxa de feminização foi de apenas 26,5%. Em 230 deputados/as eleitores/as, apenas 61 eram mulheres, sendo que a paridade total se registou apenas no Bloco de Esquerda, com metade do grupo parlamentar eleito constituído por mulheres. ----------

----------8 de Março é o Dia Internacional da Mulher. ----------

----------8 de Março é o dia de reconhecer e atualizar as lutas femininas. ----------

----------8 de Março é dia de homenagear o combate das mulheres que deram e dão vida pela sua dupla e inseparável emancipação, de classe e de género. ----------

----------8 de Março é dia de recusar todas as formas de silenciamento da mulher. ----------

----------Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Odemira, reunida em 27 de Fevereiro de 2015, delibera: ----------

----------1. Saudar o Dia Internacional da Mulher; ----------

----------2. Recomendar à Câmara Municipal de Odemira que no plano municipal pela igualdade de género, já implementado, contemple como prioridade a luta contra a violência

doméstica. ----------

---------- Odemira, 27 de fevereiro de 2015 ----------

---------- Pedro Gonçalves ----------

---------- Deputado Municipal do Bloco de Esquerda----------

---------- A ser aprovada, a presente Moção deverá ser enviada para:----------

---------- - Presidente da República ----------

---------- - Presidente da Assembleia da República----------

---------- - Grupos Parlamentares da Assembleia da República ----------

---------- - Órgãos de informação locais e regionais.----------

---------- - Publicação no Boletim Municipal e no *site* de Internet do Município.”----------

---------- Seguiu-se o debate e votação das três moções anteriores.----------

---------- Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que relativamente à questão colocada pelo Senhor Pedro Gonçalves informou que o Município de Odemira nunca foi contactado sobre essa matéria, mas se tivesse sido não aceitavam adotar aquele modelo e estavam solidários com a posição tomada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (A.N.M.P.). Considerou ainda que a delegação de competências deverá se feita com base numa lei amplamente debatida e participada pelos municípios, a qual deverá contemplar, para além das competências, o respetivo pacote financeiro.----------

---------- Informou ainda que a posição do Município de Odemira tem vido a ser debatida nas reuniões que têm vindo a acontecer no âmbito da revisão da Carta Educativa e defendem um projeto educativo local, porque considera que os modelos municipalizados têm vícios de algum caciquismo, a escala dos municípios não é toda igual e duvida que a municipalização da educação seja eficaz. Por esse motivo, referiu que o Município de Odemira estava disponível para participar num processo de construção futuro de um quadro legal, no âmbito da A.N.M.P., que coloque em igualdade de circunstâncias todos os municípios, face à sua realidade

territorial. ----------

----------Quanto à terceira moção, relembrou que o Município de Odemira tem implementado o Plano Municipal para a Igualdade de Género, tem efetuado algumas ações de formação junto das entidades parceiras nas questões sociais e já tinha sido eleita e reconduzida a Conselheira Local para a Igualdade do Município de Odemira, a Dr.ª Natália Correia, que tem desenvolvido também uma missão importante. Revelou que apenas os Municípios de Odemira e Moura tinham uma estrutura de apoio à violência doméstica no Baixo Alentejo. Referiu ainda que o Gabinete de Apoio à Vítima e ao Agressor (GAVA) funcionava em Odemira em articulação com outas entidades. ----------

----------Interveio o Senhor António Afonso que, relativamente à segunda Moção, informou que genericamente até se identifica com algum teor e conteúdo, mas considera que uma coisa era saudar o povo grego pela forma correta como as coisas decorreram do ponto de vista da democracia, outra coisa era estar a saudar já as medidas do governo grego. Por esse motivo, informou que iria abster-se na votação daquela moção. ----------

----------Relativamente à terceira Moção, referiu que, embora concordasse com a maior parte do texto, não considerava correta a tentativa de partidarização e a recomendação à Câmara Municipal. ----------

----------Interveio o Senhor Alberto Santos que subscreveu a intervenção anterior e considerou que a Moção deveria ser apenas de saudação ao povo grego e não devia mencionar apreciações ao governo e a sistemas financeiros. Por esse facto, informou que iria abster-se na votação daquela moção. Em relação à terceira moção considerou que era importante valorizar e ter conhecimento histórico do que foi a luta por determinados ideais, no entanto, existiam alguns aspetos referidos no texto com os quais não concordava e por esse motivo iria vota contra. Referiu que atualmente na função pública não existia descriminação em função do género e a colocação de pessoal era feita pelas respetivas competências. Por último, descordou com a

partidarização do tema por parte do Bloco de Esquerda e relembrou que foi o Partido Socialista a criar o primeiro Ministério para a Igualdade de Género e que teve uma Senhora Ministra, bem como a impor listas paritárias para haver mais mulheres a participar na política. Lembrou ainda que é o Partido Socialista que tem uma Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Odemira. ----------

---------- Interveio o Senhor João Quarema que, relativamente à segunda moção, informou que iria votar a favor, porque era sensível a questões relacionadas com ditaduras financeiras, mas tinha também algumas reservas por não conhecer as medidas do governo grego. Relativamente à terceira moção considerou que existia unanimidade na defesa do tema em questão, no entanto, não concordava com a tentativa de partidarizar um direito que até está consagrado na lei. Por último relembrou que para o desempenho de qualquer função independentemente do género o que deve determinar a presença da pessoa na função era a sua competência. ----------

---------- Interveio o Senhor Manuel Coelho que relativamente à terceira Moção referiu que apesar de reconhecer a importância do tema, não concorda que o Bloco de Esquerda queira parecer o único campeão da igualdade naquelas matérias. Quando à segunda parte da moção relembrou que o Município de Odemira tem tido uma série de intervenções, designadamente no âmbito da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e, nesse sentido, não concordava com a "crítica" efetuada. ----------

---------- Interveio o Senhor António Assude Ferreira que relativamente à terceira moção concordou com as intervenções anteriores. Referiu que todos concordavam com a importância histórica do dia, mas considerava que aquela moção estava a colocar um partido como o campeão da defesa dos direitos das mulheres e por esse motivo não poderia votar favoravelmente a Moção.----------

---------- Interveio o Senhor Pedro Gonçalves que relativamente à terceira moção considerou que estavam a dar uma interpretação diferente da sua intenção, pois não pretendia fazer

qualquer crítica à Câmara Municipal porque tem conhecimento da existência do plano, mas sim apelar ao Município que priorizasse a luta contra a violência doméstica.----------Interveio o Senhor Dário Guerreiro que informou que iria votar contra a terceira moção, porque pessoalmente considerava que cada vez mais o dia da mulher menosprezava o papel da mulher. Disse ainda que as mulheres deviam ser as "campeãs" e valorizadas todos os dias, porque todos devem a sua existência à mulher, e não deviam haver qualquer aproveitamento partidário relativamente ao tema. ----------Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação das Moções apresentadas pelo eleito pelo Bloco de Esquerda, obtendo-se o seguinte resultado:----------a) A Moção "Descentralizar sim, embuste não!" foi aprovada por maioria, com quinze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, dois votos contra dos membros eleitos pela Coligação "Odemira com Futuro", uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista e nove abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes vinte e oito membros da Assembleia Municipal;----------b) A Moção "Saudação ao povo grego" foi aprovada por maioria, com dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, seis votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, dois votos contra dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto contra os membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos contra dos membros eleitos pela Coligação "Odemira com Futuro", doze abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista e duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes vinte e oito membros da Assembleia Municipal; ----------A Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou a seguinte Declaração de Voto: "Aprecio o povo grego naquilo que seria uma tentativa de mudança com as atuais

eleições, o esforço que estariam dispostos a desenvolver e a confiança que o povo teria nos líderes que acabara de eleger. No entanto, as promessas feitas ao povo pelos novos líderes, conscientes da sua incapacidade de cumprir estas mesmas promessas, sem recorrer a apoio externo e este apoio dependente absolutamente de vontades externas, entendo que é conduzir o povo ao engano, é fraude, é falta de honestidade. As imagens que vi ontem na televisão, de revolta nas ruas de Atenas, de apedrejamentos, de carros incendiados, revelam um povo que tenta exprimir a sua deceção, um povo que viu as suas expetativas defraudadas, dispostos a ações que poderão conduzir a uma violência sem precedentes. Por esse motivo votei contra a Moção." ----------

----------c) A Moção "Saudação ao 8 de Março – Dia Internacional da Mulher" foi rejeitada por maioria, com dez votos contra dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação "Odemira com Futuro", um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, seis abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista e seis abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes vinte e cinco membros da Assembleia Municipal.----------

----------Interveio o Senhor Dário Guerreiro que, em nome dos eleitos pelo Partido Socialista, apresentou a Moção que seguidamente se transcreve na íntegra: ----------

---------- "**MOÇÃO**----------

----------"Foi publicado o Aviso n.º 891/2015, no D.R., 2.ª Série, n.º 18, de 27 de janeiro de 2015 relativo ao Pedido de Registo de "Medronho do Algarve" como Indicação Geográfica Protegida, que inclui, entre outras, as freguesias do concelho de Odemira como sejam: de Sabóia, Santa Clara-a-Velha e S. Teotónio. ----------

----------Tendo em conta:----------

----------- a não adequação do pedido de registo à realidade geográfica de produção no

concelho de Odemira, que tem tradição em freguesias para além das referidas;----------

---------- a não consulta por parte da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural aos produtores ou autarquias no concelho de Odemira, ignorando este pedido o esforço de valorização da Aguardente de Medronho que vem sendo efetuado no concelho de Odemira;-----

---------- a oposição já formalizada, pela Câmara Municipal, pelos produtores e freguesias do concelho a este pedido de registo.----------

----------Delibera a Assembleia Municipal reunida a 27 de fevereiro de 2015, a oposição e contestação formal à inclusão das Juntas de Freguesia do concelho de Odemira no registo de "Medronho do Algarve" como indicação geográfica protegida.----------

----------Mais delibera não se opor ao registo de "Medronho do Algarve" como Indicação Geográfica caso seja revista a área geográfica de produção, em termos de nela não constar as freguesias de Santa Clara a Velha, Sabóia e S. Teotónio do concelho de Odemira.----------

----------Os eleitos do Partido Socialista." ----------

----------Interveio o Senhor Nuno Duarte, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho das Amoreiras, que informou que iria votar a favor desta moção, porque discordava da forma como foi conduzido o processo, sem terem ouvido a opinião de ninguém, e do uso abusivo do nome com a inclusão de freguesias do Alentejo. Também não concorda que tivessem sido esquecidas algumas freguesias que também são produtoras de medronho em grande quantidade, como era o caso de São Martinho das Amoreiras.----------

----------Informou ainda que a Junta de Freguesia de São Martinho das Amoreiras contestou a criação daquela indicação geográfica protegida e relembrou que se aquele processo se concretizasse inviabilizava totalmente a criação de uma zona no concelho de Odemira que possui uma produção do fruto (medronho) bastante melhor que a do Algarve.----------

----------Interveio o Senhor Manuel José Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Sabóia, que lamentou a forma como estava a ser efetuado aquele processo sem qualquer consulta às

Juntas de Freguesias ou à Câmara Municipal e informou que também a sua Junta de Freguesia tinha contestado formalmente aquela situação. ----------

---------- Interveio o Senhor António Afonso que considerou que a moção estava pouco violenta para as malfeitorias que estavam a ser feitas às autarquias do concelho de Odemira. ----

---------- Interveio o Senhor Carlos Silva que subscreveu a intervenção anterior, considerando que o processo estava a ser elaborado de forma abusiva. Referiu ainda que concordava com a Moção e considerou que deveria ser proposta uma demarcação que envolvesse mais áreas e que fosse abandonado o nome "Algarve". ----------

---------- Interveio novamente o Senhor Nuno Duarte, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho das Amoreiras, que discordou com o alargamento da demarcação, porque têm estado a desenvolver esforços no sentido de legalizar as destilarias no concelho de Odemira e de criar uma zona própria, porque consideravam que o medronho do concelho de Odemira tinha características completamente diferentes do medronho do Algarve. ----------

---------- Interveio o Senhor Vereador Ricardo Cardoso que lamentou a forma como o processo decorreu e informou que o Município de Odemira estava a trabalhar naquela temática há algum tempo, tinham reunido algumas vezes com a Associação de Produtores de Medronho da Serra de Monchique e nunca foi dado a conhecer que o processo iria incluir freguesias do concelho, mostrando-se até pouco confortáveis relativamente a uma possível integração. Referiu ainda que nos contatos com a Direção Regional de Agricultura nunca foi comunicado que as freguesias do concelho de Odemira estivessem implicadas no processo e, nesse sentido, tem algum receio do ponto de vista técnico do rigor daquele processo. ----------

---------- Por último, informou que o Município de Odemira fez chegar a todas as freguesias e à Direção Regional de Agricultura a discordância sobre este processo. ----------

---------- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da presente Moção, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido

Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira com Futuro” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes vinte e sete membros da Assembleia Municipal. ----------

----------Ainda neste ponto, interveio o Senhor Pedro Gonçalves que, referindo-se ao processo desassoreamento da foz do rio Mira, cujas conclusões do estudo efetuado foram apresentadas à Assembleia Municipal, há um ano, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, perguntou em que situação se encontrava aquele processo. ----------

----------Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que no relatório de atividades constante no primeiro ponto do Período da Ordem do Dia da presente sessão, na página dezoito, na última linha do quadro vem mencionado esse assunto. Informou ainda que o estudo prévio está concluído e está a decorrer o estudo de avaliação ambiental que será presente à Comissão de Avaliação de Impacte Ambiental, a qual irá produzir uma Declaração de Impacte Ambiental (DIA) que será submetida a discussão pública durante o mês de março ou abril. Só depois de decorrer aquele processo será efetuado o desassoreamento, se a DIA for favorável. ----------

----------Interveio o Senhor João Quarema que informou que as opiniões que se ouviam sobre aquele assunto evidenciavam ausência de informação. Considerou ainda que o turismo de Vila Nova de Milfontes não iria morrer por falta do desassoreamento do rio. ----------

----------Interveio novamente o Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que todos sentiam uma grande insegurança, de quem tem responsabilidades, em dizer que se deve avançar com o processo de desassoreamento do rio, porque o processo não interfere apenas com as areias, mas também com muita vida que existe para além das areias. ----------

----------Por último, disse que estavam a tratar do processo com muita cautela, existiam muitas variáveis que estão a ser estudadas e ninguém consegue dizer por quanto tempo é que a solução

que vier a ser adotada vai perdurar.----------

----------Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.----------

----------**III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**:----------

----------**Ponto um:** CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO NÚMERO DOIS, DO ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO: Foi presente o Relatório de Atividades desenvolvidas pelo Município de Odemira, nas diferentes áreas, no período de um de novembro do ano de dois mil e catorze a trinta e um de janeiro do corrente ano, que ficará arquivado no maço de documentos da presente sessão. ----------

----------Não havendo qualquer intervenção a Assembleia Municipal tomou o devido conhecimento do presente Relatório. ----------

----------**Ponto dois:** 3ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL - 2015: 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA; 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA; 3ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL (PAM) E 1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI): Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: --------

----------*"6 - **ASSUNTO N.º 0108-2015** - 3ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL - 2015: 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA; 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA; 3ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL (PAM) E 1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)* ----------

----------Foi presente a informação n.º 2015/101-SGOP, datada de 13/02/2015, da Divisão de Gestão Interna, a apresentar a 3ª. Modificação Orçamental relativa ao ano de 2015, elaborada nos termos do Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), consistindo na 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 3ª Alteração ao Plano de

Atividades Municipal (PAM) e na 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), que apresenta os seguintes valores: ----------

----------ORÇAMENTO DA RECEITA:----------

----------Inscrições/reforços: 12.000,00€ (Doze mil euros);----------

----------Diminuições/anulações: 12.000,00€ (Doze mil euros).----------

----------ORÇAMENTO DA DESPESA: ----------

----------Inscrições/reforços: 276.000,00€ (Duzentos e setenta e seis mil euros);----------

----------Diminuições/anulações: 276.000,00€ (Duzentos e setenta e seis mil euros). ----------

----------PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL:----------

----------Inscrições/reforços: 12.000,00€ (Doze mil euros);----------

----------Diminuições/anulações: 117.000,00€ (Cento e dezassete mil euros). ----------

----------PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS: ----------

----------Inscrições/reforços: 129.000,00€ (Cento e vinte e nove mil euros);----------

----------Diminuições/anulações: 56.000,00 € (Cinquenta e seis mil euros). ----------

----------Propõe-se a aprovação nos termos propostos.----------

----------Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar nos termos propostos, com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e os votos contra dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, devendo ser presente à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.”----------

----------Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, com treze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira com Futuro” e oito votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes vinte e dois membros da Assembleia Municipal. ----------

----------**Ponto três:** PROPOSTA Nº 4/2015 P - CEDÊNCIA DO EDIFÍCIO DA ESCOLA

BÁSICA DA BOAVISTA DOS PINHEIROS À FREGUESIA DA BOAVISTA DOS PINHEIROS: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão:----------

----------"*6 - **ASSUNTO N.º 0110-2015** - PROPOSTA Nº 4/2015 P - CEDÊNCIA DO EDIFÍCIO DA ESCOLA BÁSICA DA BOAVISTA DOS PINHEIROS À FREGUESIA DA BOAVISTA DOS PINHEIROS*----------

----------Foi presente a Proposta nº 4/2015 P, datada de 13/02/2015, proveniente do Gabinete do Senhor Presidente, que seguidamente se transcreve: ----------

----------"Proposta n.º 4/2015 P----------

----------Cedência do edifício da Escola Básica da Boavista dos Pinheiros à Freguesia da Boavista dos Pinheiros----------

----------Considerando que: ----------

----------• As Freguesia desempenham um papel fundamental para o desenvolvimento do território;----------

----------• As Freguesia, pela sua proximidade aos cidadãos, dispõem de uma capacidade de atuação local privilegiada, garantindo a prestação de serviços de uma forma mais rápida e eficaz e com uma maior racionalização de custos; ----------

----------• A sede da Junta de Freguesia da Boavista dos Pinheiros funciona provisoriamente nas instalações do Juventude Clube Boavista; ----------

----------• O antigo edifício da escola do 1º ciclo da Boavista dos Pinheiros situa-se no centro urbano da povoação; ----------

----------• Que em reunião ordinária realizada em 18 de abril de 2013, a Câmara Municipal deliberou concordar de princípio com a cedência do edifício da Escola Básica da Boavista dos Pinheiros, para sede da Junta de Freguesia da Boavista dos Pinheiros; ----------

----------Tenho a honra de propor que a Exm.ª Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea

ccc) do n.º 1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter a apreciação da Assembleia Municipal a cedência do edifício da Escola Básica da Boavista dos Pinheiros à Freguesia da Boavista dos Pinheiros, para instalação da sede da sua Junta de Freguesia, bem como a aprovação da minuta do Protocolo de cedência do edifício em apreço ----------

----------Odemira, 13 de fevereiro de 2015 ----------

----------O Presidente da Câmara Municipal, ----------

----------José Alberto Guerreiro, Engº." ----------

----------Propõe-se a aprovação nos termos propostos, bem como posterior remessa à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação. ----------

----------Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.”----------

----------Interveio o Senhor Manuel Inácio Pereira, Presidente da Junta de Freguesia da Boavista dos Pinheiros, que agradeceu à Câmara Municipal e salientou o papel da sua Assembleia de Freguesia na apresentação daquela proposta, a qual será uma mais-valia para a Boavista dos Pinheiros. ----------

----------Interveio o Senhor Mário Santa Bárbara, Presidente da Junta de Freguesia de Salvador e Santa Maria, que referiu que concordava com a entrega do edifício e relembrou que na freguesia também existia outros pedidos de cedência de edifícios, designadamente efetuados pela comunidade evangélica. ----------

----------Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que tinha conhecimento dos pedidos efetuados e informou que estão a tratar das situações em simultâneo.

----------Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um

voto a favor dos membros eleitos pela Coligação "Odemira com Futuro" e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes vinte e sete membros da Assembleia Municipal. ----------

---------- **Ponto quatro:** PROJETO DE REGULAMENTO DAS BOLSAS DE ESTUDO: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: ----------

---------- "*4 - **ASSUNTO N.º 0101-2015** - PROJETO DE REGULAMENTO DAS BOLSAS DE ESTUDO* ----------

---------- Foi novamente presente o projeto de Regulamento das Bolsas de Estudo, bem como a informação n.º 142, datada de 11 de fevereiro de 2015, proveniente da Divisão de Educação e Ação Social, na qual consta que na sequência da deliberação tomada na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia cinco de fevereiro, procedeu-se à reanálise da proposta em causa, concluindo-se não haver alterações a efetuar. ----------

---------- Em face do exposto, propõe-se de acordo com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do projeto de Regulamento das Bolsas de Estudo e, bem assim, a sua remessa à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação. -----

---------- Propõe-se a aprovação nos termos propostos. ----------

---------- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos."----------

---------- Seguidamente o Senhor Vereador Hélder Guerreiro procedeu a uma explicação detalhada, em suporte *power point*, dos assuntos relativos a este ponto e aos pontos cinco e sete da presente Ordem de Trabalhos. ----------

---------- Interveio o Senhor Dário Guerreiro que congratulou-se com a alteração do Regulamento das Bolsas de Estudo, designadamente pela modificação do valor *per capita* para atribuição das bolsas, o qual permitia abranger um maior número de candidatos. Sobre o

presente Regulamento questionou se o aluno poderia acumular os dois tipos de bolsa, se as bolsas por mérito também eram para alunos do ensino superior e se o aluno poderia auto candidatar-se para as bolsas por mérito. Perguntou ainda se as áreas estratégicas de interesse ao município seriam previamente comunicadas às escolas e aos alunos. ----------

----------Interveio o Senhor Vereador Hélder Guerreiro que informou que o aluno poderia acumular as duas bolsas e as bolsas de mérito eram apenas para os alunos do ensino secundário. Informou ainda que o aluno não se podia auto candidatar às bolsas por mérito e que a candidatura tinha de ser efetuada pelas escolas. ----------

----------Interveio a Senhora Presidente da Assembleia Municipal que considerou que o conceito "sucesso" um pouco subjetivo e que deveria ficar expresso o número de bolsas a atribuir por mérito, por forma a não existir desigualdades entre escolas. ----------

----------Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação "Odemira com Futuro" e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes vinte e sete membros da Assembleia Municipal. ----------

----------**Ponto cinco:** PROPOSTA DE REGULAMENTO DAS/OS CONSELHEIRAS/OS MUNICIPAIS JOVENS: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: ----------

----------*"4 - **ASSUNTO N.º 0799-2014** - PROPOSTA DE REGULAMENTO DAS/OS CONSELHEIRAS/OS MUNICIPAIS JOVENS* ----------

----------Foi presente a informação n.º 1230/2014, datada de 12 de dezembro, proveniente da Divisão de Educação e Ação Social, bem como a Proposta de Regulamento das/os Conselheiras/os Municipais Jovens, elaborada no âmbito do Projeto "Odemira Acredita em Ti"

que trabalha as questões relacionadas com os/as jovens do Concelho de Odemira, nomeadamente a valorização do papel das/os jovens no concelho, permitindo, incentivando e apelando à sua participação cívica. ----------

---------- Neste sentido, propõe-se em conformidade com a alínea k) do nº 1, do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da Proposta de Regulamento das/os Conselheiras/os Municipais Jovens, devendo o mesmo posteriormente ser remetido à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação. ----------

---------- Propõe-se a aprovação nos termos propostos. ----------

---------- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.”----------

---------- Interveio o Senhor Pedro Gonçalves que saudou o papel dado às Comissões Sociais Interfreguesias para a eleição do seu representante. ----------

---------- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira com Futuro” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes vinte e sete membros da Assembleia Municipal. ----------

---------- **Ponto seis:** REGULAMENTO DA TAXA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: ----------

---------- *“3 - **ASSUNTO N.º 0102-2015** - REGULAMENTO DA TAXA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL: APROVAÇÃO DEFINITIVA* ----------

---------- Foi presente a informação nº 08, datada de 12/02/2015, proveniente do Gabinete de Apoio ao Presidente, na qual consta que em reunião ordinária da Câmara Municipal realizada

em 19/06/2014 e posteriormente na sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 30/06/2014, foi deliberado, por maioria, aprovar o Projeto de Regulamento da Taxa Municipal de Proteção Civil, para posterior apreciação e discussão pública, de harmonia com o disposto no artigo 118º do Código do Procedimento Administrativo.----------

----------Consta ainda da supracitada informação que o referido Projeto de Regulamento foi publicado no Diário da República nº. 136, da 2ª série, de 17/07/2014, e findo o prazo de apreciação pública, não se registaram quaisquer propostas de alteração ou sugestões. ----------

----------Propõe-se a aprovação definitiva do referido Regulamento, e bem assim que o mesmo seja remetido à Assembleia Municipal, para apreciação e deliberação, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.----------

----------Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar nos termos propostos, com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e os votos contra dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária.” ----------

----------Interveio o Senhor Carlos Silva, membro eleito pela Coligação “Odemira com Furturo” que informou que não iria estar presente aquando da votação daquela proposta por questões profissionais. ----------

----------Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, com quinze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes vinte e cinco membros da Assembleia Municipal.----------

----------Voltou a entrar na sala o Senhor Carlos Silva.----------

----------**Ponto sete:** PROJETO DE REGULAMENTO DO CARTÃO OJOVEM: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão:-- ----------

----------*"2 - **ASSUNTO N.º 0090-2015** - PROJETO DE REGULAMENTO DO CARTÃO OJOVEM: APROVAÇÃO DEFINITIVA* ----------

----------Foi presente a informação n.º 102/2015, datada de 29/01/2015, proveniente da Divisão de Educação e Ação Social, na qual consta que findo o prazo de apreciação pública sobre o Aviso nº 14281, referente ao Projeto de Regulamento do Cartão OJOVEM do Município de Odemira, publicado em Diário da República 2ª Série, nº 245, de 19 de dezembro de 2014, não existindo ocorrências, sugestões ou alterações, propõe-se em conformidade com a alínea k) do nº 1 do artigo 33º, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, a aprovação definitiva do supracitado Regulamento, devendo o mesmo ser posteriormente submetido à Assembleia Municipal para os mesmos efeitos. ----------

----------Propõe-se para apreciação e deliberação.----------

----------Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos."----------

----------Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação "Odemira com Futuro" e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes vinte e sete membros da Assembleia Municipal.----------

----------**Ponto oito:** PROPOSTA DE NORMAS DE FUNCIONAMENTO E TABELA DE PREÇOS A APLICAR NA FACECO 2015: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: ----------

----------*"1 - **ASSUNTO N.º 0069-2015** - PROPOSTA DE NORMAS DE FUNCIONAMENTO E TABELA DE PREÇOS A APLICAR NA FACECO 2015*----------

----------Foi presente a informação n.º 70, datada, 21 de janeiro de 2015, elaborada pela

Divisão de Desenvolvimento Económico, bem como a Proposta de Normas de Funcionamento e tabela de preços a aplicar na FACECO - Feira das Atividades Culturais e Económicas do Concelho de Odemira, para o ano 2015, que se realizará entre os dias 17 e 19 de julho de 2015, para aprovação da Câmara Municipal, de harmonia com as alíneas e), ff) e k) do n.º 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, devendo ser submetida à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação, nos termos da alínea g), do n.º 1 do artigo 25º, da referida Lei. ---------

----------Propõe-se a aprovação nos termos propostos.----------

----------Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.”----------

----------Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com quinze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira com Futuro” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes vinte e seis membros da Assembleia Municipal. ----------

----------**Ponto nove:** PLANO ANUAL DE FEIRAS E MERCADOS DO CONCELHO DE ODEMIRA 2015: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: ----------

----------“*1 - **ASSUNTO N.º 0028-2015** - PLANO ANUAL DE FEIRAS E MERCADOS DO CONCELHO DE ODEMIRA 2015*----------

----------Foi presente a informação n.º 9, datada de 05/01/2015, proveniente da Divisão de Desenvolvimento Económico, bem como, o Plano Anual de Feiras e Mercados do Concelho de Odemira para o ano 2015, elaborado em consonância com as Juntas de Freguesia do Concelho.

----------Importa referir que, em relação ao ano de 2014, apenas se registaram alterações na Freguesia de Colos e na Freguesia de Longueira/Almograve, que passamos a enumerar: ---------

----------1. A feira anual de Campo Redondo, que se realizava no dia 21 de agosto, passa a realizar-se ao sábado do 3.º fim de semana de agosto;----------

----------2. A feira anual da longueira, que se realizava no 1.º domingo de agosto, passa a realizar-se no 4.º sábado de agosto.----------

----------Em face do exposto, ao abrigo do n.º 6, do artigo 18º da Lei n.º 27/2013, de 12 de abril, propõe-se a aprovação do Plano Anual de Feiras e Mercados do Concelho de Odemira 2015.---- ----------

----------Propõe-se a aprovação nos termos propostos. ----------

----------Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos, devendo ser remetido à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação." ----------

----------Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com quinze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação "Odemira com Futuro" e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes vinte e seis membros da Assembleia Municipal. ----------

----------**Ponto dez:** PROPOSTA N.º 5/2015 P - ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA DE HONRA DO MUNICÍPIO AO DR. JOSÉ VENTURA DA CRUZ PEREIRA: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: ---

----------"*7 - **ASSUNTO N.º 0113-2015** - PROPOSTA N.º 5/2015 P - ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA DE HONRA DO MUNICÍPIO AO DR. JOSÉ VENTURA DA CRUZ PEREIRA*: -----

----------Foi presente a Proposta nº 5/2015 P, datada de 13/02/2015, proveniente do Gabinete do Senhor Presidente, que seguidamente se transcreve: ----------

----------"Proposta n.º 5/2015 P----------

----------Atribuição de Medalha de Honra do Município ao Dr. José Ventura da Cruz Pereira---

----------O Dr. José Ventura da Cruz Pereira, mais conhecido por Dr. José Ventura, é um dos mais ilustres Odemirenses. ----------

----------Natural de Odemira (Aldeia da Bemposta), onde nasceu em 30 de Maio de 1940, frequentou o ensino primário na Escola Primaria de Odemira e os 1º e 2º ciclos do ensino secundário no Externato Liceal de Odemira, tendo prosseguido e concluído o Ensino Liceal no 3º ciclo do Ensino Secundário do Colégio Nuno Álvares em Tomar e Frei Agostinho da Cruz em Setúbal. ----------

----------Prosseguiu estudos em Lisboa, Licenciando-se em Química pela Faculdade de Ciências de Lisboa, e obtido o Grau de Mestre, "Master of Education " pela Universidade do Texas-Austin-USA como Bolseiro do Instituto Nacional de Investigação Científica-I.N.I.C. e mais tarde, o Grau de Mestre em Educação, especialidade "Ensino das Ciências da Natureza", pela Universidade do Minho, tendo obtido o Doutoramento com a Tese registada "Meios Audiovisuais e Tecnológicos na Educação". ----------

----------Profissionalmente, o Dr. José Ventura, teve como primeira função, de Professor do Ensino secundário entre 1970 e 1977. A partir de finais de 1977, passa a exercer em Comissão de serviço no Instituto de Tecnologia educativa (ITE) do Ministério da Educação, as funções de responsável pelo planeamento e realização de ações de formação para Centros de Estágio dos Ensinos Preparatórios e secundário, participando em ações diversificadas do ITE como coordenador nos Serviços Pedagógicos e responsável pelos Serviços Operacionais do referido Instituto. ----------

----------A partir de Janeiro de 1979 desempenhou funções de Chefe de Divisão de Estudos e Planeamento do Instituto de Tecnologia Educativa e Coordenador das Relações Internacionais do ITE, Presidente da Direção do Centro Social do ITE, e Vogal da Comissão Instaladora da Escola Superior de educação de Leiria. ----------

---------- Em Dezembro de 1981, passa a Presidir à Comissão Instaladora da escola Superior de Educação de Leiria, e de Membro da Comissão Coordenadora das Escolas Superiores de Educação, sendo também, Membro do Conselho Coordenador para a Instalação dos estabelecimentos do Ensino Superior Politécnico, assumindo em 1982 a Vice-Presidência do Conselho Científico da Escola Superior de Educação de Leiria, na qual foi Professor Coordenador, bem como, Membro da Comissão de Educação do Conselho Coordenador para a Instalação dos Estabelecimentos de Ensino Superior Politécnico. ----------

---------- A partir do ano letivo 1983/84, assume a Coordenação do Projeto de Investigação ”reinserção dos Filhos dos Ex Emigrantes no sistema educativo Português” patrocinado pela UNESCO, de Vogal da Comissão Instaladora do Instituto Politécnico de Leiria e Professor Auxiliar convidado da Universidade Aberta, acumulando as funções de Coordenador de Ensino da Universidade Aberta. ----------

---------- Em 1989, o Dr. José Ventura é nomeado Diretor Regional de Educação do Sul (Alentejo e Algarve), com a responsabilidade direta na implementação da nova rede escolar na região do Alentejo, tendo o concelho de Odemira sido o concelho selecionado para estudo e implementação da carta escolar.----------

---------- Em Maio de 1993 é nomeado Diretor Regional de Educação do Alentejo, assumindo a Gestão Regional de Programas Comunitários e de Membro do Conselho Consultivo da Delegação Regional do Alentejo do Instituto de Emprego e Formação Profissional do Ensino Particular e Cooperativo, Membro do Conselho Coordenador da Formação Contínua de Professores e Membro do Conselho Coordenador da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo. ----------

---------- Em Dezembro de 1993 é nomeado Diretor Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, passando a integrar o Conselho Nacional de Educação. ----------

---------- Entre 1997 e 2003 exerce as funções de Diretor da Escola Superior de Tecnologia,

Gestão, Arte e Design (ESTGAD) das Caldas da Rainha do Instituto Politécnico de Leiria e de Presidente do Conselho Científico da ESTGAD, sendo responsável pela criação das Licenciaturas bietápicas dos cursos Design, Artes e Gestão. ----------

----------Participou ainda em diversas Missões de Estudo no âmbito do Acordo de Cooperação Científica e Técnica entre França e Portugal, e entre Inglaterra e Portugal, entre os anos de 1980 e 1982.----------

----------Ao longo de mais de duas décadas, produziu diversas comunicações apresentadas em seminários e encontros nacionais e internacionais, algumas em representação de Portugal.-------

----------Em 2004, aceita o convite de um grupo de amigos Odemirenses para liderar a Santa Casa da Misericórdia de Odemira como Provedor, cargo para o qual viria a ser eleito em Novembro de 2004, tendo exercido três mandatos como Provedor (até Novembro de 2013).-----

----------Como Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Odemira, o Dr. José Ventura empenhou toda a sua vasta experiência profissional e de gestor público, o conhecimento da realidade local e as suas características pessoais de humanista, sensatez, e afabilidade, tendo-se demonstrado sempre disponível para encontrar as melhores soluções de forma ponderada e articulada com as instituições públicas locais, regionais e nacionais. ----------

----------No seu primeiro mandato como Provedor foi criada a primeira Unidade de Cuidados Continuados do Alentejo (com 20 camas de internamento), no 2º mandato a 2ª fase da UCC (com 16 camas de internamento de cuidados paliativos) e renovação do Lar de Colos, num investimento total de 1,6 M€ e no seu 3º mandato o novo Lar de Idosos de Odemira (entretanto concluído) num investimento superior a 1 M€, promovendo desta forma a captação de fundos comunitários, apoios municipais e estatais que resultaram num inequívoco acréscimo de qualidade dos serviços prestados à comunidade local e da região. ----------

----------Para além do seu incontestável percurso profissional e conhecimento científico, o Dr. José Ventura desempenhou diversas funções públicas de elevada responsabilidade e

complexidade, ao serviço do País, da região e da comunidade Odemirense, sendo reconhecido por todos como um homem afável, de elevados valores morais, apaixonado pela sua terra, pela família e amigos, numa disponibilidade permanente. ----------

---------- Ao longo da sua vida o Dr. José Ventura obteve diversos louvores, homenagens e distinções pelos desempenhos de funções exercidas. ----------

---------- Odemira, a sua terra, deve-lhe esse público reconhecimento. ----------

---------- Conscientes da importância que assumem hoje valores como a competência, a solidariedade, a coragem, a abnegação, a participação e a criatividade, entre outros, e no sentido não só de reconhecer e agradecer, mas também de sensibilizar a comunidade para estes valores, tenho a honra de propor que, ao abrigo do n.º1 do art.º 2.º conjugado com o n.º1 do art.º 4.º do Regulamento Municipal de Medalhas Honoríficas, seja atribuída a Medalha de Honra do Município de Odemira, ao Dr. José Ventura da Cruz Pereira, pelo seu contributo inestimável como Provedor da SCMO na melhoria da qualidade de vida da comunidade Odemirense, na dignificação das funções públicas e na projeção de Portugal, do Alentejo e de Odemira aquém e além-fronteiras. ----------

---------- As insígnias propostas devem ser entregues em cerimónia solene a realizar, no próximo dia da Liberdade, nos termos definidos no art.º 6.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Medalhas Honoríficas. ----------

---------- Odemira, 13 fevereiro de 2015. ----------

---------- O Presidente da Câmara Municipal,----------

---------- José Alberto Guerreiro, Engº." ----------

---------- Propõe-se a aprovação nos termos propostos, bem como posterior remessa à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.----------

---------- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por escrutínio de voto secreto, com cinco votos a favor, aprovar a atribuição da Medalha de Honra proposta.” ----------

----------Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente proposta por escrutínio secreto, nos termos do número três do artigo quinquagésimo quinto da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado atribuir a Medalha de Honra do Município por maioria absoluta, com dezanove votos a favor, três votos contra e cinco abstenções, num total de vinte e sete votantes. ----------

----------**Ponto onze:** PROPOSTA N.º 6/2015 P - ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO À ACL – ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES LIMOUSINE DE PORTUGAL: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: ----------

----------*"8 - **ASSUNTO N.º 0114-2015** - PROPOSTA N.º 6/2015 P - ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO À ACL – ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES LIMOUSINE DE PORTUGAL*----------

----------Foi presente a Proposta nº 6/2015 P, datada de 13/02/2015, proveniente do Gabinete do Senhor Presidente, que seguidamente se transcreve: ----------

----------"Proposta n.º 6/2015 P----------

----------Atribuição de Medalha Municipal de Mérito à ACL – Associação de Criadores Limousine de Portugal ----------

----------Em Novembro de 1989 foi formalmente registada a Associação de Criadores Limousine, responsável pela gestão do Livro Genealógico e pela divulgação da raça em Portugal, através da certificação de animais puros, certames agropecuários, entre outros. --------

----------A raça Limousine tem vindo a afirmar-se na última década como a raça por excelência para a atividade de criação de bovinos de elevada performance e gabarito internacional, amplamente demonstrado anualmente pelos criadores nacionais no Concurso Nacional da Raça Limousine.----------

----------Cada vez mais, a Associação de Criadores Limousine tem reunido esforços para estar

mais próxima dos criadores, e para continuar de forma profissional a promover e divulgar a Raça Limousine, sendo muito do seu trabalho responsável pelo mérito de esta se ter tornado a raça preferida em Portugal, com mais de metade de todos os touros reprodutores ativos. ---------

---------- Num trabalho de grandes méritos, a Associação de Criadores Limousine tem vindo a capacitar os criadores de novas competências e aptidões que possibilitam a manutenção da elevada reputação da raça Limousine, em que os animais são apresentados de forma ímpar em Portugal. ----------

---------- Neste âmbito destaca-se o imenso trabalho da ACL em formação dos criadores na preparação de bovinos para concurso em termos estéticos, alimentares e de domesticação, para melhor poderem promover os produtos da sua atividade económica, num contexto económico em que a promoção e marketing assumem extrema importância. ----------

---------- Todo este trabalho atingiu recentemente novos padrões de elevadas expetativas, em especial pela almejada chegada ao mercado da carne Limousine com rotulagem específica associada à raça, proveniente de animais Limousine nacionais puros, devidamente certificados, e também de animais cruzados Limousine, validados pela ACL. ----------

---------- Sente-se uma crescente dinâmica da raça Limousine, decorrente dos bons resultados que os criadores têm obtido, sendo presentemente a raça com maior dinâmica, com maior representação em feiras agropecuárias e com maior número de touros puros em atividade, com mais de metade do total nacional, o que representa, sem dúvida, o maior prémio para a ACL, uma vez que demonstra, de forma clara e inequívoca, que a raça Limousine é a que resulta em melhores produtos e em maior rendimento. ----------

---------- Estão igualmente de parabéns os criadores Limousine nacionais, que demonstram elevados padrões de empreendedorismo, e dedicação à valorização e exteriorização do elevado potencial genético da raça Limousine, fundamentais para a promoção da produção nacional, a qual contribui significativamente para o equilíbrio económico de Portugal, uma vez que

concorrem para a diminuição das importações e somam à auto suficiência do país. ----------

----------Neste domínio Odemira assume particular destaque, pois estamos no berço da raça, encontrando-se aqui uma importante representação do efetivo Limousine em linha pura, anualmente confirmado pelas mais-valias económicas obtidas localmente e pelos sucessivos prémios obtidos pelos criadores do concelho no concurso nacional da raça realizado anualmente na FACECO em S. Teotónio. ----------

----------Para Odemira é uma honra e referência acolher desde 2001 a sede da ACL de Portugal e proporcionar anualmente o concurso nacional da raça. ----------

----------A comemoração dos 25 anos da ACL em Portugal, merece um amplo reconhecimento, agradecendo a todos quantos nela têm dado o seu melhor no desenvolvimento da raça em Portugal. O Município de Odemira deve-lhe um reconhecimento público pelo seu contributo inestimável para o acréscimo de competitividade local e nacional que o seu desempenho tem promovido. ----------

----------Conscientes da importância que assumem hoje valores como o empreendedorismo, a competência, a coragem, e a inovação, entre outros, e no sentido não só de reconhecer e agradecer, mas também de sensibilizar a comunidade para estes valores, tenho a honra de propor que, ao abrigo do n.º1 do art.º 4.º do Regulamento Municipal de Medalhas Honoríficas, seja atribuída, a Medalha Municipal de Mérito – grau Ouro, à ACL – Associação de Criadores Limousine de Portugal, sediada em Odemira. ----------

----------As insígnias propostas devem ser entregues em cerimónia solene a realizar, no próximo dia da Liberdade, nos termos definidos no art.º6 do Regulamento Municipal de Atribuição de Medalhas Honoríficas. ----------

----------Odemira, 13 fevereiro de 2015. ----------

----------O Presidente da Câmara Municipal, ----------

----------José Alberto Guerreiro, Engº." ----------

----------Propõe-se a aprovação nos termos propostos, bem como posterior remessa à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.----------

----------Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.”----------

----------Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria absoluta, com quinze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, sete votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação “Odemira com Futuro” e uma abstenção do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes vinte e seis membros da Assembleia Municipal. ----------

----------**Ponto doze:** PROPOSTA N.º 7/2015 P - ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO À BANDA FILARMÓNICA DE ODEMIRA: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão:-- ----------

----------*“9 - **ASSUNTO N.º 0115-2015** - PROPOSTA N.º 7/2015 P - ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO À BANDA FILARMÓNICA DE ODEMIRA*----------

----------Foi presente a Proposta nº 7/2015 P, datada de 13/02/2015, proveniente do Gabinete do Senhor Presidente, que seguidamente se transcreve: ----------

----------"Proposta n.º 7/2015 P----------

----------Atribuição de Medalha Municipal de Mérito à Banda Filarmónica de Odemira ---------

----------A existência da Banda Filarmónica de Odemira e da sua Escola de Música deve-se a um sonho antigo de Manuel Maria dos Reis, que tudo fez para que o seu sonho se tornasse realidade.----------

----------Manuel Maria dos Reis conseguiu em 1989, com a sua persistência e determinação, e

com o apoio do Presidente da Câmara Municipal de Odemira à época, o Dr. Justino Santos, dar os primeiros passos para a criação da Banda Filarmónica de Odemira, com a criação da Escola de música em que as primeiras aulas foram lecionadas no dia 05 de Dezembro de 1989, na sala das Juntas de Freguesia de S. Salvador e Santa Maria, pelo Professor Policarpo Guerreiro Godinho. ----------

----------Com um espaço para as aulas de música, com um professor e com uma afluência de miúdos interessados em aprender música, estava ganha a primeira etapa de muitas. ----------

----------Na falta dos instrumentos, foram solicitados apoios para a sua aquisição, a diversas entidades das quais se destacam; a Câmara Municipal de Odemira, Juntas de Freguesia, Fundação Calouste Gulbenkian, Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Cultura, Casa Civil do Presidente da República, Inatel, Fundação Luso Americana, Empresas do Concelho de Odemira e Povo Odemirense. ----------

----------Muitas portas foram fechadas, mas com muita determinação, com o apoio da Câmara Municipal de Odemira, das Juntas de Freguesia do Concelho, com donativos de empresas e de populares foram adquiridos os primeiros instrumentos. ----------

----------Em 1990, um ano após o início das aulas de música, os Odemirenses viram pela primeira vez a Banda sair à rua, um grupo de miúdos, sob a batuta do Maestro Policarpo Guerreiro Godinho.----------

----------Como foi no dia 15 de Dezembro, a primeira vez que a Banda saiu à rua, ficou o dia 15 de Dezembro como o dia da sua fundação, tendo as primeiras atuações decorrido sem fardamento, que só um ano mais tarde seria adquirido.----------

----------Devido à grande afluência de jovens interessados na música, a banda foi instalada na sede da antiga Sociedade Recreativa Odemirense. Cerca de quatro anos mais tarde o espaço já era pequeno, tendo sido estabelecido um acordo com a Direção Geral de Saúde de Beja do qual resultou a autorização para realizar obras de beneficiação na velhinha Casa do Povo, que logo

após recebeu a instalação da Banda Filarmónica, sendo ainda hoje o local da sua sede. ----------

---------- A qualidade das suas atuações e reconhecimento obtido tiveram como resultado o acréscimo de solicitações, tendo no ano de 1999 atuado por 20 vezes, nas quais se destaca a participação no Festival Internacional de Bandas Filarmónicas da Sociedade Filarmónica União Arrentelense (Arrentela – Seixal). No ano de 2000 contou com 25 atuações das quais se destacou a participação no Festival de Bandas do Litoral Alentejano, festival que contou com a participação de todas as bandas da região. Ainda nesse ano, uma experiência única, a participação da Banda no Jubileu dos Músicos que se realizou no dia 14 de Outubro no Santuário de Fátima. ----------

---------- No ano de 2001 e seguintes a Banda efetuou diversas atuações em Festas e Romarias no concelho de Odemira, e por todo o Sul do País, sobre a batuta do Maestro Jorge Roque.------

---------- Recentemente, destaca-se a participação da Banda Filarmónica de Odemira no Desfile de Bandas Filarmónicas para Comemoração do 1º de Dezembro, que decorreu no dia 30 de novembro em Lisboa, em que a Banda de Odemira esteve a representar o Distrito de Beja, ao lado de 25 bandas filarmónicas de todo o país. ----------

---------- A Banda Filarmónica de Odemira organiza todos os anos um encontro de Bandas Filarmónicas por altura das comemorações do seu Aniversário, evento este que tem contado desde sempre com o patrocínio da Câmara Municipal de Odemira, tendo comemorado em Dezembro último os 25 anos, no Cineteatro “Camacho Costa”, em Odemira, numa atuação onde envergaram a sua nova farda, e contaram com três “convidados especiais”; os jovens músicos Mariana Martins, David Silva (ambos na guitarra portuguesa) e Xavier Guerreiro (guitarra clássica), todos de Odemira. ----------

---------- A história da Banda Filarmónica de Odemira é repleta de êxitos e tem contado sempre com o entusiasmo dos jovens que integram esta Banda e muitos deles foram formados na sua Escola de Música. ----------

----------Atualmente a Escola de Música funciona aos sábados à tarde, na sede da Banda Filarmónica, no edifício da Casa do Povo, em Odemira, e conta com cerca de 12 miúdos e jovens com idades variadas.----------

----------É atualmente maestro da Banda Filarmónica de Odemira, desde Abril de 2013, Daniel Batista. - ----------

----------Tendo comemorado muito recentemente 25 anos, a comunidade Odemirense reconhece e agradece a todos quantos nela e por ela têm dado o seu melhor no desenvolvimento da nossa Cultura. ----------

----------Para Odemira a sua Banda é também uma referência, que tem dignificado o concelho de Odemira, em todo o país e no estrangeiro. ----------

----------A este exemplo de serviço público, de dedicação de todos os que contribuíram para o seu crescimento, e claro, para o bem-estar e qualidade de vida da comunidade local, o Município de Odemira deve um reconhecimento público, tenho a honra de propor que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 4.º do Regulamento Municipal de Medalhas Honoríficas, seja atribuída, a Medalha Municipal de Mérito – grau Ouro, à Banda Filarmónica de Odemira. ----------

----------As insígnias propostas devem ser entregues em cerimónia solene a realizar, no próximo dia da Liberdade, nos termos definidos no art.º 6 do Regulamento Municipal de Atribuição de Medalhas Honoríficas. ----------

----------Odemira, 13 fevereiro de 2015. ----------

----------O Presidente da Câmara Municipal,----------

----------José Alberto Guerreiro, Engº." ----------

----------Propõe-se a aprovação nos termos propostos, bem como posterior remessa à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.----------

----------Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.”----------

----------Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, sete votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação "Odemira com Futuro", um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda e duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes vinte e sete membros da Assembleia Municipal. ----------

----------**Ponto treze:** CONTROLO DO RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES NAS AUTARQUIAS LOCAIS – EXTENSÃO DO PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: ----------

----------*"1 - **ASSUNTO N.º 0092-2015** - CONTROLO DO RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES NAS AUTARQUIAS LOCAIS – EXTENSÃO DO PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS*----------

----------Foi presente a informação n.º 71, datada 2 de fevereiro de 2015, elaborada pela Divisão de Recursos Humanos e Jurídica referente ao pedido de extensão do prazo para prossecução dos procedimentos concursais para ocupação de seis postos de trabalho nas carreiras de Técnico Superior, de Assistente Técnico e de Assistente Operacional para as Divisões Municipais de Gestão Interna (DGI), de Cultura e Desenvolvimento Social (DCDS) e de Desenvolvimento Económico (DDE). ----------

----------A 30 de junho de 2014, em sessão extraordinária da Assembleia Municipal, foi aprovada a abertura de procedimentos concursais para constituição de Relações Jurídicas de Emprego Público por tempo Indeterminado para ocupação de seis postos de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional, cuja recolha de parecer prévio vinculativo foi submetida à apreciação do executivo em reunião ordinária da Câmara Municipal de Odemira de 19 de

junho de 2014, através da Informação n.º 275/DRHJ datada de 9 de junho de 2014. ----------

----------1. Dispõe o n.º 3 do art.º 64.º do Orçamento do Estado para 2015 que a homologação da lista de classificação final deve ocorrer no prazo de seis meses, a contar da data da deliberação de autorização, sem prejuízo da respetiva renovação desde que devidamente fundamentada.----------

----------2. O incumprimento das disposições mencionadas no parágrafo anterior determina a anulação das contratações realizadas e a sujeição às penalizações constantes dos n.ºs 5 a 7 do art.º 47.º da Lei do Orçamento do Estado de 2015.----------

----------3. Uma vez comprovada a imprescindibilidade do recrutamento e a carência dos recursos humanos nos serviços em causa, bem como os demais requisitos, decorrido o prazo mencionado no parágrafo 2 e verificando-se que os processos de concurso não se encontram na fase prevista (homologação da lista de classificação final), propõe-se a revisão do processo pelos órgãos competentes, para prossecução do mesmo, atendendo aos seguintes factos, que contribuíram para o seu atraso: ----------

----------a) Ultrapassada a fase de recolha de parecer prévio vinculativo, a abertura do procedimento concursal é realizada através de despacho emitido pelo dirigente máximo do serviço ou pelo Vereador com competências delegadas na área dos recursos humanos. Os despachos referentes a abertura dos procedimentos concursais e respetiva constituição dos júris foram elaborados a 30 de julho de 2014. ----------

----------b) O desenvolvimento de determinados atos administrativos distam entre si mais de 90 dias, como é o caso dos despachos de abertura e o aviso para publicação em Diário da República. Apesar deste período de tempo ser essencial para o cumprimento dos seis meses estabelecidos, pretendeu-se acautelar a evolução dos recursos humanos no Município face ao Orçamento do Estado para 2014, designadamente o cumprimento do disposto no art.º 62.º - redução de trabalhadores nas autarquias locais;----------

----------4. De acordo com a informação prestada à DGAL para efeitos de cumprimento do art.º 62.º do Orçamento do Estado de 2014, o Município de Odemira detinha a 31 de dezembro de 2013, 445 trabalhadores e finalizou o ano 2014 com 443 trabalhadores (reporte validado a 20/01/2015, referente ao 4.º trimestre de 2014). ----------

----------5. O processo de recrutamento e seleção propriamente dito é composto por várias fases sendo que algumas estão condicionadas ao cumprimento de prazos, como por exemplo, o prazo de candidatura (10 dias úteis) e os previstos no Código do Procedimento Administrativo, nomeadamente, os inerentes à realização da audiência dos interessados, com a duração de 10 dias úteis, período durante o qual ficam suspensos os procedimentos administrativos. ----------

----------A) Este prazo é aplicado na exclusão de candidatos ao concurso, na aplicação de cada um dos métodos de seleção obrigatórios e facultativos e sobre a lista de ordenação final dos candidatos, num total de 50 dias uteis destinados ao cumprimento deste procedimento - audiência de interessados. ----------

----------6. A lista de procedimentos concursais contém a informação referente à fase em que cada um dos processos se encontra, bem como o número de candidaturas recebidas. ----------

----------Em face do exposto, propõe-se a revisão dos processos pelos órgãos competentes, para conclusão dos mesmos e a sua instrução nos termos legais. ----------

----------Propõe-se a aprovação nos termos propostos. ----------

----------Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos, devendo ser presente à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.” ----------

----------Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira com Futuro” e um

voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes vinte e sete membros da Assembleia Municipal.----------

----------**Ponto catorze:** PROGRAMA DE ESTÁGIOS PROFISSIONAIS NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL – PEPAL – 5.ª EDIÇÃO – ESTÁGIOS PARA O MUNICÍPIO DE ODEMIRA: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão:----------

----------*"2 - **ASSUNTO N.º 0112-2015** - PROGRAMA DE ESTÁGIOS PROFISSIONAIS NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL – PEPAL – 5.ª EDIÇÃO – ESTÁGIOS PARA O MUNICÍPIO DE ODEMIRA*: ----------

----------Foi presente a informação n.º DRHJ/97/2015, datada de 16/02/2015, elaborada pela Divisão de Recursos Humanos e Jurídica, na qual consta que o Decreto-Lei n.º 166/2014, de 6 de novembro, veio estabelecer o Regime Jurídico do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), com o objetivo de possibilitar aos jovens com qualificação superior a realização de um estágio profissional em contexto real de trabalho, criando condições para uma mais rápida e fácil integração no mercado de trabalho. ----------

----------Consta ainda na supracitada informação que o Município de Odemira procedeu e confirmou a sua pré-candidatura de 14 Estágios para a 5.ª edição dos estágios do PEPAL on-line disponível na aplicação informática "PEPAL – 5.ª edição – pré-candidaturas", acessível via "Acesso Reservado" do Portal Autárquico (www.portalautarquico.pt) no dia 21 de janeiro de 2015.---- ----------

----------Foi publicado no Diário da República n.º 29/2015, Série II, de 11 de fevereiro, o Despacho n.º 1402/2015 do Senhor Secretário de Estado da Administração Local que distribui pelas entidades da administração local 1500 estágios relativos à 5.ª edição do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL). O referido Despacho determina que o contingente de estagiários fixados no artigo 1.º da Portaria n.º 265/2014, de 17 de dezembro,

seja distribuído pelas diferentes entidades nos termos do seu mapa anexo e que dele faz parte integrante.----------

---------- Nos termos dos n. os 1 e 3 do artigo 3.º da Portaria n.º 254/2014, de 9 de dezembro, fixa -se o prazo de um mês, a contar da data de publicação do Despacho mencionado, para as Entidades Promotoras darem início ao procedimento de recrutamento e seleção dos estagiários e procederem ao registo do respetivo aviso no formulário eletrónico disponível no acesso reservado do sítio da Internet do Portal Autárquico. ----------

---------- De acordo com o Despacho n.º 1402/2015 foram aplicados os seguintes critérios de distribuição: ----------

---------- - A distribuição de estágios realiza-se apenas entre os pedidos relativos às áreas temáticas prioritárias indicadas; ----------

---------- - A distribuição dos estágios pelos municípios tem em conta a população residente, tendo sido definidos intervalos para a limitação máxima do número de estágios, e neste pressuposto para o Município de Odemira foram atribuídos 7 estágios: ----------

---------- • Na área da Promoção do desenvolvimento e da competitividade económica local, energia e ciência – 5 Estágios;----------

---------- • Na área da Intervenção no domínio social, designadamente, educação, saúde, ação social e cultura – 2 Estágios.----------

---------- • Quota do total de estágios atribuídos para pessoas com deficiência – 1 Estágio.-------

---------- De acordo com decisão superior determinou-se quais as Áreas de Licenciaturas e as Unidades Orgânicas pretendidas para o número de Estágios atribuídos:----------

---------- - Eletrotecnia, área de Energia para a DA; Gestão de Empresas para a DDE; Desenvolvimento Rural para a DDE; Ciências do Mar para a DDE; Arquitetura para a DOPO na Área de Intervenção da Promoção do desenvolvimento e da competitividade económica local, energia e ciência e Serviço Social para a DEAS; Educação para a DEAS, na Área de

Intervenção no domínio social, designadamente, educação, saúde, ação social e cultura.----------

----------Em face do exposto, propõe-se a aprovação da proposta de abertura de procedimentos concursais nas áreas elencadas.----------

----------Propõe-se a aprovação nos termos propostos.----------

----------Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos, devendo ser presente à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.”----------

----------Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira com Futuro” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes vinte e sete membros da Assembleia Municipal.----------

----------Nos termos do número cinco do artigo vigésimo do Regimento da Assembleia Municipal de Odemira foi deliberado por consenso prolongar os trabalhos até finalizar a Ordem de Trabalhos desta sessão.----------

----------**Ponto quinze:** AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL PARA A AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ODEMIRA ALIMENTADAS EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL, AO ABRIGO DE ACORDO QUADRO CELEBRADO PELA CC-CIMAL: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão, para apreciação e deliberação nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro: ----------

----------“*1 - **ASSUNTO N.º 0025-2015** - AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL PARA A AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES DO*

MUNICÍPIO DE ODEMIRA ALIMENTADAS EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL, AO ABRIGO DE ACORDO QUADRO CELEBRADO PELA CC-CIMAL ----------

---------- Foi presente a informação nº 589/2004 datada de 31/12/2014, na qual consta o Relatório Final elaborado pelo júri, no âmbito do procedimento de aquisição de energia elétrica para as instalações do município de Odemira alimentadas em baixa tensão especial, ao abrigo do Acordo Quadro celebrado pela CC-CIMAL. ----------

---------- Refere a supracitada informação que estando previsto a assunção de compromissos plurianuais, carece a aquisição do serviço em apreço de autorização prévia, da Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea c), do nº1 do art.º 6º da Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro. ----------

---------- Propõe-se que seja tomado conhecimento e remetido o assunto à Assembleia Municipal para efeitos de autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais. ---------

---------- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal tomou o devido conhecimento e, bem assim aprovou, por unanimidade, a remessa do assunto à Assembleia Municipal para os devidos efeitos." ----------

---------- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação "Odemira com Futuro" e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes vinte e sete membros da Assembleia Municipal. ----------

---------- **Ponto dezasseis:** DESIGNAÇÃO DE QUATRO PESSOAS DE ENTRE OS CIDADÃOS ELEITORES PARA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ALARGADA, DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DO CONCELHO DE ODEMIRA: Foi presente o ofício número noventa e sete, datado de onze de fevereiro do corrente ano,

enviado pela Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Odemira que ficará arquivado no maço de documentos desta sessão, no qual solicitava a designação de quatro pessoas de entre os cidadãos eleitores para a composição da Comissão Alargada, da supracitada Comissão de Proteção. ----------

----------Interveio o Senhor Nuno Duarte, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho das Amoreiras que em nome dos eleitos pelo Partido Socialista apresentou a Proposta que seguidamente se transcreve:----------

---------- "PROPOSTA----------

----------Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Odemira propõem como representantes dos cidadãos eleitores para a composição da Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Odemira: ----------

----------Srª Telma Guerreiro (Licenciada em Psicologia) – S. Teotónio;----------

----------Sr. André Alão (Licenciado em Serviço Social) – Luzianes-Gare; ----------

----------Srª Ana Aleixo (Jurista/ Advogada) – Vila Nova de Milfontes;----------

----------Srª Maria Engrácia Nunes (Educadora de Infância) – Colos.----------

----------Odemira, 27 de fevereiro de 2015 ----------

----------Pelos eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Odemira," ----------

----------Não havendo mais sugestões de cidadãos para a eleição em causa, procedeu-se à votação da proposta em epígrafe, por escrutínio secreto, nos termos do número três do artigo quinquagésimo quinto da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, tendo-se apurado o seguinte resultado: ----------

----------Votantes: vinte e três;----------

----------Votos brancos: um; ----------

----------Votos nulos: zero;----------

----------Votos a favor: dezanove;----------

----------Votos contra: zero;----------

----------Votos (abstenção): três. ----------

----------Em face do exposto, foram designadas para integrar composição da Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Odemira, com dezanove votos a favor e três abstenções os Senhores Telma Guerreiro, André Alão, Ana Aleixo e Maria Engrácia Nunes. ----------

----------**Ponto dezassete:** PROTOCOLO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO EUROPAN PORTUGAL, PARA A PARTICIPAÇÃO NA 13ª EDIÇÃO DOS CONSURSOS EUROPAN: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão, a qual foi devidamente apresentada pelo Senhor Vereador Pedro Ramos: ----------

----------*"1 - **ASSUNTO N.º 0104-2015** - PROTOCOLO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO EUROPAN PORTUGAL, PARA A PARTICIPAÇÃO NA 13ª EDIÇÃO DOS CONSURSOS EUROPAN*----------

----------Foi presente a informação n.º 83/2015, datada de 13 de fevereiro, proveniente da Divisão de Licenciamento e Gestão Territorial - Ordenamento do Território, bem como o Protocolo a celebrar com a Associação Europan Portugal, para a participação do Município na 13ª edição dos Consursos Europan, na sequência da candidatura efetuada relativa ao aglomerado populacional da Azenha do Mar.----------

----------Consta ainda da supracitada informação que a estrutura do concurso em causa foi estabelecida pela Organização Internacional da EUROPAN e, em conjunto com as respetivas associações nacionais, foi compatibilizada com o Código dos Contrato Públicos (CCP) para se ajustar à tramitação de um concurso de conceção (concurso de ideias) que dará lugar à contratação por Ajuste Direto, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP. ----------

----------Os compromissos financeiros diretamente assumidos no referido Protocolo totalizam

o valor de 35.000,00 € (trinta e cinco mil euros) distribuídos com o seguinte faseamento: --------
----------• 15.200,0 € em 2015 (2.500,00€ de joia + 1.500,00€ de quota anual + 11.200,00€ de quota suplementar associada à participação no concurso EUROPAN 13); ----------
----------• 12.700,0 € em 2016 (1.500,00€ de quota anual + 11.200,00€ de quota suplementar associada à participação no concurso EUROPAN 13); ----------
----------• 7.100,0 € em 2017 (1.500,00€ de quota anual + 5.600,00€ de quota suplementar associada à participação no concurso EUROPAN 13). ----------
----------A quota suplementar de 28.000,00 Euros (40% pago em 2015; 40% pago em 2016; 20% pago em 2017) é destinada a cobrir os encargos resultantes das ações previstas no Programa de Trabalhos e já inclui o valor dos Prémios a conceder aos premiados no Concurso.-
----------Em face do exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:----------
----------• Celebrar o Protocolo com a Associação Europan Portugal, fazendo-se representar por um membro do Executivo Municipal; ----------
----------• Assumir o compromisso plurianual nos termos do nº. 2 do artigo 25.º das normas de execução do Orçamento de 2015; ----------
----------• Publicar o aviso para abertura de procedimento de contrato de conceção, conforme a respetiva minuta.----------
----------Propõe-se a aprovação nos termos propostos.----------
----------Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos, devendo ser remetido à Assembleia Municipal para apreciação.” ----------
----------Não se registou qualquer intervenção. A Assembleia Municipal tomou o devido conhecimento.----------

---------- **APROVAÇÃO EM MINUTA** ----------

----------Nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, foram aprovadas em Minuta todas as

deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, com quinze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, seis votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação "Odemira com Futuro" e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes vinte e três membros da Assembleia Municipal. ----------

---------- **ENCERRAMENTO DA SESSÃO** ----------

---------- Não havendo mais nada a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão era duas horas e trinta e dois minutos do dia vinte e oito de fevereiro do corrente ano. ----------

---------- De tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, nos termos da Lei, vai ser assinada pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal e pelos Secretários. ----------

----------A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, ----------

--------- O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, ----------

--------- A SEGUNDA SECRETÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, ----------